

CADERNOS

# Chacinas e conflitos agrários

Os casos de Pau d'Arco e do Quilombo de Lúna

Organização  
Sofia Helena M. T. Costa

Autoras e autores  
Alexandre Julião  
Claudio Dourado de Oliveira  
Dandara Rudsan  
Dulce Maria Pereira  
João Jorge  
Paulo Cesar Ramos  
Rose Rodrigues



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



*Chacinas e Conflitos Agrários: Os casos de Pau d'Arco e do Quilombo de Iúna* é uma publicação relevante pelo tema que aborda e pela metodologia da pesquisa que ancora o texto. Dois casos de massacre, respectivamente no Pará e na Bahia, são pesquisados no contexto dos conflitos agrários no interior do Brasil. A partir da sábia escolha metodológica de considerar 101 casos de chacinas ocorridos no mesmo período, supera a ausência de trabalhos que se aprofundem no tema da ação dos grupos de interesse nos interiores e no entendimento da ação do agronegócio, da mineração, da especulação imobiliária, dos grandes latifundiários como protagonistas da violência em regiões com menor desenvolvimento relativo, como no interior do Norte e do Nordeste, que enfrentam os mesmos problemas dos grandes centros, sem contarem com os mesmos recursos. Traz a conexão histórica com as revoltas dos Alfiates (1798-1799), no Pará, e dos Malês (1835), em Salvador, para ressaltar a invisibilização das históricas lutas das populações empobrecidas e das demandas dos movimentos populares por reforma agrária e justiça socioambiental. Identifica esses processos, banalizados pela mídia e normalizados pela polícia, como continuidade da violência colonial. Geralmente definidos pelo racismo, há criminalização das comunidades que são responsabilizadas pelas motivações. Este relevante trabalho demonstra que as chacinas nos territórios, com eliminação das testemunhas, são elementos constitutivos da tomada de terras e da destruição das matrizes de saber das populações interioranas e dos povos tradicionais.

*Dulce Maria Pereira*

Arquiteta, professora e pesquisadora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), coordenadora do Laboratório de Educação e Pesquisa Ambiental (LEA: AUEPAS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É professora visitante e pesquisadora do Instituto Humanidades para África (HUMA)/UCT na África do Sul. Na presidência da Fundação Cultural Palmares, foi a primeira autoridade nacional a emitir título de posse da terra para populações quilombolas.

# **Chacinas e conflitos agrários**

Os casos de Pau d'Arco e do Quilombo de Iúna



# Chacinas e conflitos agrários

Os casos de Pau d'Arco e do Quilombo de Lúna

**Organização**

**Sofia Helena M. T. Costa**

**Autoras e autores**

**Alexandre Julião**

**Claudio Dourado de Oliveira**

**Dandara Rudsan**

**Dulce Maria Pereira**

**João Jorge**

**Paulo Cesar Ramos**

**Rose Rodrigues**



**Fundação Perseu Abramo**

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

**Diretoria da FPA**

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno Cesar Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Monica Valente, Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar

**Conselho editorial:** Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Silvio Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério

**Coordenador editorial:** Rogério Chaves

**Assistente editorial:** Raquel Costa

**Revisão:** Claudia Andreoti

**Editoração eletrônica:** Antonio Kehl

**Imagem de capa:** Emilly Reis

Fundação Perseu Abramo  
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana  
04117-091 • São Paulo • SP • Brasil  
Fone: (11) 5571 4299  
[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)

O caderno *Chacinas e Conflitos Agrários: os casos de Pau d'Arco e do Quilombo de Iúna* compõe a coleção *Chacinas e a Politização das Mortes: estudo de casos*

**Coordenador do Projeto Reconexão Periferias:**

Paulo César Ramos

**Pesquisadora responsável pela área de violência projeto Reconexão Periferias:**

Barbara Martins

**Equipe Reconexão Periferias:**

Barbara Martins, Darlene Testa, Matheus Toledo, Rose Silva, Ruan Bernardo, Silvana Lima, Victoria Lustosa Braga, Vilma Bokany

**Coordenação da pesquisa *Chacinas e a Politização das Mortes – estudo de casos:***

Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

**Organização caderno *Chacinas e Conflito Agrário: os casos de Pau d'Arco e do Quilombo de Iúna***

Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

**Autoras e autores do caderno *Chacinas e Conflito Agrário: os casos de Pau d'Arco e do Quilombo de Iúna***

Alexandre Julião, Cláudio Dourado de Oliveira, Dandara Rudsan, Dulce Maria , Rose Rodrigues

**Arte da capa**

Emilly Reis

**Orelha**

Dulce Maria Pereira

**Apresentação/Prefácio do caderno de *Chacinas e Conflito Agrário: os casos de Pau d'Arco e do Quilombo de Iúna***

Rose Rodrigues

**Nota metodológica**

Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa e Alexandre Julião

**Introdução**

Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa e Paulo Cesar Ramos

**Chacina de Pau d'Arco:**

Dandara Rudsan

**Os condenados das águas negras: o enterro dos filhos de Iúna nas profundezas da terra ou sua expulsão**

Cláudio Dourado de Oliveira

**Equipe pesquisa *Chacinas e a Politização das Mortes – estudo de casos:***

Alexandre Julião; Ana Carinhanha; Belle Damasceno; Dandara Rudson; Dudu Ribeiro; Juliana Borges; Juliana Farias; Paulo César Ramos; Pablo Nunes; Pedro Paulo Santos Silva; Ruan Bernardo; Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa; Thais Custódio;

**Parcerias na realização da pesquisa *Chacinas e a Politização das Mortes: estudo de casos***

**Centro de Estudos de Segurança e Cidadania: CEsEC**

Pablo Nunes – coordenador

Pedro Paulo Santos Silva – pesquisador

Thais Custodio – pesquisadora

### **Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas**

Dudu Ribeiro  
Dandara Rudsan  
Belle Damasceno  
Juliana Borges

### **Agradecimento às pessoas que colaboraram com o estudo de Chacinas e Conflito Agrário: Os casos de Pau d'Arco e do Quilombo de Iúna**

Agradecemos a todas as pessoas que colaboraram para a reconstrução dos casos e que foram interlocutoras nesse processo de pesquisa. Em especial, as mães e familiares dos casos de Pau d'Arco e do Quilombo de Iúna, e ativistas, movimentos sociais e especialistas que se debruçaram nos temas e se disponibilizaram a contribuir com esse estudo. Agradecemos também as mobilizadoras que conduziram as entrevistas com competência e sensibilidade.

#### **Nomes completos das vítimas da Chacina de Pau d'Arco**

Antônio Pereira Milhomem  
Bruno Henrique Pereira Gomes  
Hércules Santos de Oliveira  
Jane Júlia de Oliveira  
Nelson Souza Milhomem  
Ozeir Rodrigues da Silva  
Regivaldo Pereira da Silva  
Ronaldo Pereira de Souza  
Wedson Pereira da Silva  
Weclbson Pereira Milhomem

#### **Nomes completos das vítimas do Quilombo de Iúna**

Adeilton Brito de Souza  
Amauri Pereira da Silva  
Cosme Rosário Conceição  
Gildásio Bispo das Neves  
Marcos Pereira da Silva  
Valdir Pereira da Silva

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	9
<i>Rose Rodrigues</i>	
<b>Nota Metodológica</b> .....	13
<i>Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa e Alexandre Julião</i>	
<b>CHACINAS E CONFLITOS AGRÁRIOS</b> .....	27
<b>Os casos de Pau d'Arco e do Quilombo de lúna</b>	
<b>Introdução</b> .....	29
<i>Sofia Helena M. Toledo Costa e Paulo Cesar Ramos</i>	
<b>O Massacre de Pau d'Arco</b> .....	69
<i>Dandara Rudsan</i>	
<b>Os condenados das águas negras: o enterro dos filhos de lúna nas profundezas da terra ou sua expulsão</b> .....	85
<i>Claudio Dourado de Oliveira</i>	
<b>Sobre os autores</b> .....	105



## Apresentação

**A** necropolítica, conceito desenvolvido por Achille Mbembe, revela como o Estado exerce o poder de determinar quem deve viver e quem deve morrer, especialmente em contextos de violência estrutural e exclusão social. Embora Michel Foucault tenha abordado a biopolítica, focando no controle e regulação da vida das populações, o conceito de necropolítica é mais pertinente quando se trata das dinâmicas de violência no campo. Essa lógica de controle da morte se manifesta de forma brutal contra povos indígenas, quilombolas, camponeses e trabalhadores rurais, cujas vidas são tratadas como descartáveis em nome dos interesses econômicos e políticos. A resistência a um sistema de exploração da terra, à concentração fundiária e à destruição ambiental resulta em perseguições, marginalização e assassinatos, evidenciando a aplicação da necropolítica como instrumento de controle e opressão.

Essa política da morte não se limita à eliminação física, mas se estende ao apagamento social e político. Os casos de violência e conflito agrário no Brasil, muitas vezes, na maioria deles na verdade, permanecem invisíveis no debate público cotidiano. A cobertura midiática é amplamente orientada pelo poder econômico concentrado, que silencia as vozes das populações marginalizadas e obscurece a verdadeira magnitude das disputas no campo.

Quando ocorre uma chacina em territórios periféricos ou rurais, a explicação imediata e quase sempre superficial: o que se espalha é a de que as vítimas estariam envolvidas com o tráfico de drogas, facções criminosas ou que houve resistência à prisão. Essas narrativas, que muitas vezes circulam sem investigação adequada, reforçam um estigma em torno desses territórios e corpos racializados, invisibilizando o contexto social e político em que essas mortes ocorrem.

Nos conflitos agrários, a justificativa costuma se entrelaçar com a ideia de disputa territorial, em que a luta por terra é distorcida e criminalizada. As vítimas se tornam estatísticas de um sistema que não apenas falha em proteger os direitos das populações marginalizadas, mas também perpetua o ciclo de violência ao banalizar suas mortes. Sabemos que a luta por terra se dá entre grupos organizados – como latifundiários, empresas do agronegócio, grupos de grileiros e, em alguns casos, até forças paramilitares – que veem a posse da terra como uma forma de consolidar o poder e a exploração de recursos naturais. A chacina, nesse contexto, se torna uma forma extrema de controle social e territorial, no sentido de impor o medo e a submissão a quem ocupa ou reivindica a terra. Só que o uso da violência sistemática e organizada visa não apenas eliminar líderes de movimentos sociais ou resistência local, mas também demonstrar força e poder sobre as comunidades que lutam por direitos territoriais. A ausência de uma reforma agrária efetiva e o fracasso em regularizar terras para comunidades rurais e tradicionais tornam esses grupos ainda mais agressivos e implacáveis, visto que as terras de interesse de grandes empresas ou do agronegócio são protegidas pelo Estado, enquanto as demandas das comunidades por território, acesso à terra e justiça social ficam à mercê da violência. Além disso, a luta por terra está diretamente ligada ao controle de recursos naturais, como água, madeira e até mesmo terras para plantio. Com a crescente demanda por terras para monocultura de soja, pecuária e mineração, a disputa por território se torna cada vez mais violenta.

A presença de grupos organizados que utilizam chacinas e assassinatos como um mecanismo de controle é, portanto, uma manifestação de um modelo econômico que, além de não garantir a justiça social, perpetua um ciclo de violência e impunidade no campo. Essas disputas em torno do território atravessam toda a história social e política do Brasil, marcando uma luta permanente pela terra e pela sobrevivência. A negligência do Estado em promover a democratização do acesso à terra e garantir os direitos das comunidades tradicionais tem alimentado esse ciclo de violência que é materializado em chacinas e massacres que expõem a face mais brutal dessa injustiça estrutural.

Este livro lança luz sobre essa realidade, analisando a relação entre as chacinas de Pau d'Arco e Quilombo de Iúna, ocorridas em 2017, e os conflitos agrários que têm sido uma constante na história do Brasil até hoje. Uma leitura fundamental para que, com espírito de luta e resistência, possamos nos voltar para aqueles que tombaram no campo, como Margarida Alves, e tantos outros heróis e heroínas, que pagaram com suas vidas o preço da liberdade e da justiça. A lembrança desses corpos tombados não é apenas uma memória do sofrimento, mas também uma afirmação de que suas lutas não foram em vão. O caminho é árduo, mas, como nos ensina a história, os corpos que tombam nas lutas por terra e justiça social se tornam os pilares de uma revolução que ainda está por vir.

*Rose Rodrigues*

Secretária Agrária Nacional do PT



## Nota Metodológica

Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa  
Alexandre Julião

A pesquisa *Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil* começou a ser desenvolvida em 2018, no âmbito do eixo de violência do projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo. O estudo teve como foco analisar a dinâmica de violência no Brasil, tendo como prioridade as ocorrências de homicídios múltiplos com três ou mais vítimas fatais, referidas na esfera pública – no jornalismo, em especial – como “chacina”. O objetivo era compreender os atores, interesses e conflitos que estão por trás dos indicadores e estatísticas de violência letal, de modo a contribuir para a reflexão sobre a maneira como esse repertório de ação coletiva é mobilizado frente a diferentes conflitos e como se manifesta distintamente nos territórios afetados.

A pesquisa visa compreender para transformar, começando por contribuir para a reflexão sobre as alternativas de atuação específica que leve em consideração as particularidades territoriais, além de buscar analisar como o fenômeno da *chacina* aparece como um instrumento de poder dentro de escolhas estratégicas que são postas em prática pelos atores envolvidos nestes conflitos. O recurso à eliminação de vidas se torna um ativo político, a produção de mortes se transforma em uma demonstração de força para a esfera pública, tem o poder de uma mensagem, criando um efeito de dramatização (Silva, Santos e Ramos, 2019). Con-

sistiu, assim, em um levantamento de casos de chacina veiculados pela imprensa jornalística, buscando descrever o fenômeno – atores, motivações, reações –, a diversidade de contextos em que ocorrem – conflitos por terra, atuação de agentes de segurança pública, fora e em serviço – e também as mobilizações após o evento – manifestações, ativismo jurídico, mudanças institucionais, entre outros.

O percurso desta primeira fase da pesquisa, que passou pela identificação e caracterização do fenômeno, foi atravessado pelas limitações das próprias fontes de informação sobre o assunto. Homicídios com três ou mais vítimas fatais em uma ação planejada não são codificados como “chacina” ao nível jurídico, sendo registrados como homicídios múltiplos em inquéritos policiais e processos judiciais, razão pela qual não se verifica a constituição de estatísticas e informações sobre o tema que provenham de órgãos oficiais. Para contornar esse entrave, recorreremos à fonte onde a própria categoria *chacina* ganha densidade operacional e significado: os jornais e noticiários brasileiros.

São nas manchetes e reportagens que a categoria *chacina* vai ganhando espaço no imaginário social brasileiro, nos tornando o país onde o termo que se referia ao abate de animais, passa a ser ressignificado para descrever o assassinato massivo de pessoas. Em todo o percurso, são registrados entraves para avançar no combate aos massacres, chacinas e violações. Tratam-se de acontecimentos que acompanharam as ações governamentais ao longo de uma democratização que alcançou poucos, tendo sido marcada por atos de violência que afetam, sobremaneira, grupos e territórios racializados. São percursos que nos lembram que “ainda somos o país das chacinas” (Sinhoretto; Toledo; 2019).

Para viabilizar o projeto, reconheceu-se o potencial da imprensa como fonte para a construção de um banco de dados sobre chacinas no Brasil, que permitisse o mapeamento dos principais contornos do fenômeno. Portanto, para este estudo, a decisão foi pela construção de uma base de dados a partir de notícias da imprensa, contemplando categorias que permitissem a caracterização das ocorrências (local, horário,

provável motivação etc.), das vítimas e autores (idade, gênero, profissão, raça/cor etc.) e das repercussões institucionais/judiciais (investigação e julgamento) e sociais/políticas (levantes, manifestações) destes casos. É certo, contudo, que há um viés próprio da fonte, dado que nem todos os casos ocorridos são noticiados. Há também um viés de escolha do termo “chacina”, pois, apesar de ser um termo jornalístico, não é sempre utilizado pelos meios de comunicação. Neste contexto, o objetivo foi coletar dados sobre casos e pessoas envolvidas em ocorrências envolvendo três ou mais vítimas fatais em casos de homicídio.

Para a identificação de notícias de interesse que alimentariam a base de dados, foi utilizado o motor de buscas na internet *Google*, referenciando as pesquisas por períodos de uma semana que retornam casos dos mais diferentes veículos de comunicação. Foram coletados todos os casos identificados para os anos de 2011 a 2020. As principais reportagens foram lidas e, a partir das informações oferecidas, o banco foi alimentado segundo os campos elaborados pela equipe de pesquisa. Os campos previstos caracterizam a ocorrência, as pessoas envolvidas, o encaminhamento institucional do caso e sua repercussão política.

## **Acerca do termo “chacina” e outras iniciativas que atuam com o tema**

As chacinas representam objeto crucial em discussões sobre direitos humanos e segurança pública no Brasil. Nos últimos anos, o debate público sobre essa temática ganhou tração, impulsionado por eventos do tipo em favelas e comunidades periféricas. Dentre a multiplicidade de casos, verifica-se uma profusão de operações policiais que resultaram na morte de dezenas de pessoas, a exemplo da Chacina do Jacarezinho, em maio de 2021, com 28 pessoas vitimizadas; da Chacina Vila Cruzeiro, em maio de 2022, com 23 pessoas assassinadas; e mais recentemente, da Operação Escudo, da Polícia Militar, que começou dia 28 de julho no

Guarujá e segue ocorrendo até o momento da escrita deste documento<sup>1</sup>, que vitimou pelo menos 27 pessoas, consistindo na mais letal operação da polícia paulista nos últimos 30 anos. São casos que trazem importantes questões sobre letalidade e violência policial no Brasil, mas sobretudo trazem novamente à tona uma discussão sobre a definição do termo chacina.

A disputa política sobre os contornos conceituais de chacinas impõe questões metodológicas às pesquisas interessadas em investigar esses eventos, afinal a conceituação do fenômeno detém grande importância para a consolidação de seu entendimento.

Ao explorar a produção existente sobre chacinas no Brasil é possível identificar a existência de uma diversidade de abordagens, utilizações e interpretações acerca do que se trata esse fenômeno. Ao nível acadêmico, Silva Júnior, Santos Neto e Souza (2023) identificam 25<sup>2</sup> trabalhos ao nível de pós-graduação que tematizam chacinas em sua centralidade, perfazendo 18 dissertações e 7 teses de doutorado distribuídas entre 1994 e 2023. Silva Júnior (2023)<sup>3</sup>, ao analisar esse conjunto bibliográfico, aponta que a maior parte dessa produção trata de casos denominados como chacinas sem necessariamente empregar tentativa sistemática de definição dos contornos desse fenômeno como elemento específico da violência letal no Brasil, em geral representando análises individualizadas.

Ainda assim, tem-se que as investigações já existentes possuem profunda relevância para a compreensão das dinâmicas sociais que envolvem as chacinas, acumulando abordagens metodológicas diversas. A ausência de dados oficiais de chacinas, por exemplo, tem por consequência a necessidade de que os elementos levantados advenham de diferentes origens, ao que diversas pesquisas partem da realização de entrevistas,

---

<sup>1</sup> Setembro de 2023.

<sup>2</sup> São eles, em ordem alfabética: Aguiar, 2017; Araújo, 2007; Aseff, 2017; Barbosa, 2019; Barreto, 2019; Bastos, 2013; Brabo, 2020; Castro, 2020; Chaves, 2020; Ferreira Júnior, 2019; Filho, 2010; Gonçalves, 2017; Lima, 2016; Oliveira, 1994; Oliveira, 2017; Oliveira, 2020; Oliveira Neto, 2020; Pequeno, 2018; Rocha, 2007; Silva, 2014; Silva, 2017; Souza, 2014; Soares, 2021; Souza, 2021; Vedovello, 2022.

<sup>3</sup> Dissertação apresentada após o levantamento anterior.

exploração de documentos heterogêneos, análise do discurso jornalístico, entre outras formas, para a apresentação dos fatos constitutivos do caso eventualmente analisados.

Por outro lado, identificam-se outras abordagens para a reunião de registros de chacinas. Os dados sobre violência coletados pela Rede de Observatórios da Segurança e o Instituto Fogo Cruzado compreendem chacinas como “eventos onde há 3 ou mais civis mortos por arma de fogo em uma mesma situação, independente do motivo dos disparos” (Fogo Cruzado, 2021-A, p. 4). Por sua vez, ao analisar especificamente chacinas policiais, o Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos – GENI (2022, p. 6) apresenta sua definição estatística enquanto “mortes múltiplas com três ou mais óbitos decorrentes das ações policiais”. Em ambos os casos, trata-se de uma definição que tem o quantitativo de vítimas como critério central para a determinação de chacinas. Dessa abordagem metodológica resulta a caracterização de um número significativamente maior de casos, tendo em vista que independe do emprego do termo como forma de intitular o acontecimento, em si.

A metodologia assumida aqui se constitui em outro caminho na abordagem de chacinas<sup>4</sup>. Os dados coletados são demonstrativos de casos de homicídios múltiplos representados por veículos jornalísticos a partir do termo chacina – evidenciando, portanto, parte dos sentidos sociais acumulados na compreensão daqueles fatos em determinada esfera da opinião pública. Todavia, tomar o enquadramento da imprensa como parte da definição estatística de chacinas é uma abordagem que exige considerar as relações de poder determinantes para a construção do discurso midiático.

Ainda que maior parte das vítimas de homicídios no Brasil são pessoas negras – especialmente pobres-jovens-homens-negros (Reis, 2010) –, o discurso midiático em atividade no país não tem o costume de destacar o racismo como fator preponderante na ocorrência dessas mortes.

---

<sup>4</sup> De certa forma, a metodologia de levantamento se aproxima muito da abordagem empregada por Vedovello (2022), especialmente no que concerne aos critérios estatísticos, ainda que as pesquisas tenham sido desenvolvidas de forma simultânea e independente.

No caso das chacinas, observa-se o emprego de um esforço ainda maior de justificação das vitimizações, de modo que inclusive a utilização dessa denominação é aspecto de disputa entre os veículos jornalísticos. É algo que pode ser verificado em casos como os ocorridos no Jacarezinho e Vila Cruzeiro, na cidade do Rio de Janeiro, em que parte da mídia tradicional se opôs a denominar tais acontecimentos como chacinas. Uma dinâmica das relações de poder que adquire diversas formas, inclusive na baixa repercussão de eventos do tipo que não tenham ocorrido nos grandes centros urbanos e no eixo sul-sudeste.

Não obstante seja composto um conjunto significativamente menor de chacinas quando comparado a outras metodologias, do levantamento aqui realizado deriva um levantamento com maior detalhamento de cada caso específico e certa heterogenia entre suas características gerais, possibilitando a identificação de padrões entre seus elementos e análises sistemáticas. É no que se centra a presente pesquisa.

### **Nossa escolha metodológica (ponderações críticas)**

Analisar as chacinas como uma estratégia para compreender as intencionalidades que informam a dinâmica de violência no Brasil foi o objetivo adotado quando do início do desenvolvimento deste estudo (Silva, Santos e Ramos, 2019). Teve-se como primeiro passo um levantamento, a partir das notícias de jornal disponíveis na internet, dos casos de chacina que ganharam repercussão midiática. Foram considerados parte do fenômeno as ocorrências com pelo menos três vítimas fatais. Assim, a partir do buscador Google, com filtro de intervalos semanais, foram recolhidas informações sobre casos reportados em todo o país. Para cada caso identificado, buscaram-se pelo menos três diferentes jornais que o tenham noticiado, utilizando como fonte para complementar informações e identificar possíveis contradições na descrição do caso. Os links das notícias foram salvos em um documento, assim como a fotografia das pessoas envolvidas – quando disponível.

A maioria das notícias não apresentava o perfil racial das vítimas ou executores. Nos casos em que haviam imagens disponíveis, a classificação racial foi realizada pela então pesquisadora e atual pesquisador responsáveis pelo levantamento e construção do banco de dados. Todas as imagens foram utilizadas em posterior processo de heteroclassificação.

## Tipologias identificadas e estudo dos casos emblemáticos

Uma vez realizado o mapeamento de notícias reportando casos de chacina em um recorte de 10 anos – 2011 a 2020 – identificamos vieses na própria fonte de dados utilizada que demonstraram adesão a uma determinada tendência narrativa para reportar os casos. Ou seja, a versão fornecida por agentes de segurança do Estado, como policiais militares, delegados e advogados foi amplamente difundida na descrição e justificativa da motivação desses eventos violadores.

Isso nos colocou diante de 786 casos de chacina que, a partir da forma como foram noticiados, indicaram três elementos preliminares que deram ensejo à segunda fase da pesquisa – voltada para a elaboração de estudos iniciais de casos emblemáticos de chacina que tiveram relativa repercussão na esfera pública –, quais sejam: 1) a profusão de matérias e reportagens jornalísticas que silenciam com relação às dinâmicas raciais que envolvem cada caso e a sobrevitimização de pessoas negras nas chacinas noticiadas, assim como formas de reportar que desumanizam as vítimas e reforçam estigmas racistas de grupos e territórios violados; 2) a forte adesão das matérias jornalísticas às narrativas fornecidas por agentes de segurança pública, na grande parte das vezes sem, sequer, considerar as versões concedidas por familiares, moradores dos territórios afetados, ativistas ou especialistas; 3) uma grande quantidade de casos creditados à motivação “conflito entre facções criminosas” em disputa por território para “tráfico de drogas”.

Com a exploração do banco de dados constituído, foram identificadas outras circunstâncias fundamentais que, somadas às anteriores,

permitem distinguir casos de chacina, são elas: 1) conflitos agrários e disputas por recursos naturais no campo; 2) violência de gênero, manifestada principalmente a partir de feminicídios; 3) policiamento, chacinas com a participação de agentes de segurança pública em serviço (especialmente em operações policiais) e fora dele (mormente atuação de milícias); 4) conflagração de conflitos em unidades penitenciárias, em geral como desdobramento de dinâmicas violentas do encarceramento em massa e mecanismos da política de guerra às drogas. Assim, foram constituídas as tipologias descritas em Ramos e Costa (2023), compondo chacinas relacionadas a Facções criminosas e/ou tráfico de drogas; Atuação policial; Operação policial; Atuação da milícia; Grupo de extermínio; Conflito agrário; e Feminicídio e casos associados.

A seleção dos casos emblemáticos teve por um dos principais critérios a repercussão pública da chacina, assim como em atenção à distribuição nessas diferentes categorias. As características e dinâmicas de cada conflito podem, ou não, serem identificadas em determinados casos cujos desdobramentos foram recuperados por meio de notícias, documentos e a oralidade de pessoas envolvidas. Quatro encontros virtuais com especialistas e lideranças comunitárias foram realizados com o objetivo de apresentar os acúmulos e os achados do banco de dados e a validação dos casos a serem aprofundados, a partir dos quais é possível revelar importantes dinâmicas da violência racial em nosso país.

Com a determinação de 8 casos – sendo 2 para cada motivação –, foi realizado levantamento das informações disponíveis em notícias, relatórios, filmes, documentários e vídeos, assim como ações e repercussões nas esferas jurídica e legislativa. Dessa forma, foram definidos cinco conjuntos de agentes a serem entrevistados em cada caso, sendo: político (membros de entes dos poderes executivo e legislativo); segurança e justiça (membros de entes como Ministério Público, advogados, defensores, policiais); esfera associativista (membros de entidades ativistas/integrantes de movimentos sociais e de familiares); envolvidos diretos (sobreviventes, acusados); e, mídia e comunicação (jornalistas, cineastas).

Em continuidade, foram envolvidas ativistas de cada território em que os casos ocorreram, com as quais foram realizadas formações coletivas a fim de apresentar os casos, alinhar objetivos e sanar dúvidas. As mesmas realizaram a interlocução com os atores identificados, realizando entrevistas semi-estruturadas com roteiros elaborados pelos pesquisadores da equipe do Reconexão Periferias e demais entidades colaboradoras. As entrevistas foram realizadas virtualmente, via Zoom, gravadas e depois transcritas – também por pessoas ativistas. O processo todo de pesquisa foi realizado com discussões coletivas, pessoal e virtualmente.

Cada caso tem seu percurso e traz seus próprios elementos, o que está em todos é a escolha dos circuitos de pessoas a serem consultadas, buscando identificar a repercussão midiática, na política institucional, no associativismo, na esfera jurídica, além de dar centralidade às narrativas de familiares de pessoas vitimadas, moradores de territórios afetados e sobreviventes de chacinas. Como cada caso será abordado mais detidamente em cada um dos cadernos, nos limitamos a apresentar por hora breves informações, apenas para orientar a leitura do presente documento.

CASO	DATA	LOCAL	TIPO DE CONFLITO IDENTIFICADO
<b>Massacre de Realengo</b>	07 de abril de 2011	Escola Municipal Tasso da Silveira – Realengo, Rio de Janeiro/RJ	Feminicídio
<b>Chacina de Belém</b>	04 e 05 de novembro de 2014	Guamá, Terra Firme e Condor – Belém/PA	Atuação da milícia
<b>Massacre do Compaj</b>	01 de janeiro de 2017	Complexo Anísio Jobim (Compaj)	Encarceramento em massa e política de drogas
<b>Chacina de Campinas</b>	01 de janeiro de 2017	Campinas/SP	Feminicídio
<b>Massacre de Pau D'Arco</b>	24 de maio de 2017	Assentamento Fazenda Santa Lúcia – Pau D'Arco/PA	Conflito agrário
<b>Massacre Quilombo de Iúna</b>	06 de agosto de 2017	Quilombo De Iúna – Lençóis, Chapada Diamantina/BA	Conflito agrário e disputa por recursos naturais
<b>Chacina do Salgueiro</b>	11 de novembro de 2017	Complexo do Salgueiro, São Gonçalo/RJ	Operação militar do Exército
<b>Massacre do Compaj</b>	26 de maio de 2019	Complexo Anísio Jobim (Compaj)	Encarceramento em massa e política de drogas

O momento da escrita foi construído a muitas mãos, em um percurso atravessado por longas conversas. Escolhemos coletivamente a abordagem de acordo com as informações coletadas, e a partir disso entramos num processo de entrevistas, respeitando, sobretudo, o anonimato das pessoas entrevistadas, exceto aquelas pessoas que já estavam publicamente envolvidas diretamente ou indiretamente no desfecho do caso e optaram por manter seus nomes verdadeiros. As pessoas mobilizadoras das pesquisas, coincidentemente ou não, são todas mulheres, ou estiveram presencialmente nos territórios onde as chacinas ocorreram ou tentaram mesmo a distância desenvolver uma relação de confiança com as pessoas entrevistadas. Antes de cada entrevista, a permissão para gravação era solicitada e as entrevistas foram gravadas não somente para uma simples transcrição que teve por fim a utilização desse material como a principal fonte dessa pesquisa, mas cada entrevista nos demonstrou a dor que essas pessoas sentem ao recordar ou rememorar os acontecimentos, o choro entalado, os minutos de pausa para responder cada pergunta, a indignação por estar falando pela primeira vez narrativas outras que não sejam aquelas faladas por terceiros no calor do acontecimento. Tomamos bastante cuidado para respeitar também as perguntas aonde como respostas só tivemos o silêncio carregado de emoção por cada memória revivida. Frisamos aqui também que nessa pesquisa as pessoas não foram e não são objetos de pesquisa, o objeto aqui é de fato as chacinas ocorridas e analisadas, compreendemos que essas pessoas são, também, as principais protagonistas dessa pesquisa, pois, a metodologia de campo e as estratégias metodológicas adotadas nos permitiram ter acesso a narrativas outras, pois sabemos bem o perigo de uma história única<sup>5</sup>. Por isso, a metodologia desta pesquisa dá grande respaldo a outras narrativas que não encontramos nos veículos de comunicação, muitas delas carregadas do desejo de justiça.

---

<sup>5</sup> Chimamanda Ngozi Adichie, *O perigo de uma única história*.

## Referências

- Ainda somos o país das chacinas (Sinhoretto e Toledo)  
[https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/12/reconexao-edicaodezembro\\_19.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/12/reconexao-edicaodezembro_19.pdf)
- Dossiê Chacinas e a politização das mortes no Brasil  
<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/04/Chacina-final4-pdf.pdf>
- Livro Violência no Brasil: desafio das Periferias (org. Felipe Freitas)  
<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

## Referências adicionadas

- AGUIAR, Claudia Cristina Trigo de. A praça sete Jovens e a expansão do poder punitivo. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19794>.
- ARAÚJO, Fábio Alves. Do luto à luta: a experiencia das mães de acari. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/brazil/voce/araujo.pdf>.
- ASEFF, Marlon Gonsales. No Portão da fábrica: trabalho e militância política na fronteira de Santana do Livramento/Rivera (1945-1954). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/173724>.
- BARBOSA, Raoni Borges. Emoções, lugares e memórias: um estudo sobre apropriações morais da Chacina do Rangel. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34433>.
- BARRETO, Leonardo D'almeida Couto. “Chacina das Cajazeiras”: Facções criminosas e crimes violentos letais intencionais em Fortaleza/CE. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=90894>.
- BASTOS, Dafne Fernandez de. Castanhal Ubá: violação de direitos humanos na Amazônia paraense. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6374>.
- BRABO, Fabia Maria Sepedo. A periferia e o jornalismo policial paraense: as construções e percepções de moradores do bairro do Guamá. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13041?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13041?locale=pt_BR).
- CASTRO, Jetur Lima de. “Poderia ter sido você”: autorrepresentação, dimensão sensível e intersubjetiva da violência no bairro da Terra Firme, em Belém. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Belém,

2020. Disponível em: [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/13043/1/Dissertacao\\_PoderiaTerSido.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/13043/1/Dissertacao_PoderiaTerSido.pdf).
- CHAVES, Tyara Veriato. Entre escrita e olhar: uma poética da violência. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalle/112894>.
- FERREIRA JÚNIOR, Sérgio do Espírito Santo. Configuração do acontecimento violento em narrativas jornalísticas: chacina da região metropolitana de Belém em Diário do Pará e o Liberal. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11074>.
- GONÇALVES, Cleverson. Na terra e na serra da chacina: mudanças, permanências e invisibilidades no centro do Paraná. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000214820>.
- JULIÃO, Alexandre. Abrem-se as cortinas do Teatro de Guerra: a “Chacina de Belém” e o assassinato de homens negros em cena. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: [https://www.academia.edu/113667270/Abrem\\_se\\_as\\_cortinas\\_do\\_Teatro\\_de\\_Guerra\\_a\\_Chacina\\_de\\_Bel%C3%A9m\\_e\\_o\\_assassinato\\_de\\_homens\\_negros\\_em\\_cena](https://www.academia.edu/113667270/Abrem_se_as_cortinas_do_Teatro_de_Guerra_a_Chacina_de_Bel%C3%A9m_e_o_assassinato_de_homens_negros_em_cena).
- LIMA, Laura Gonçalves de. Crimes de Maio: estigmas e memórias da democracia das chacinas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília. Brasília, 2016. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20831/1/2016\\_LauraGon%C3%A7alvesdeLima.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20831/1/2016_LauraGon%C3%A7alvesdeLima.pdf).
- OLIVEIRA, Ruth Helena Rocha de. A reforma agrária e suas implicações no processo de desenvolvimento do Estado de Rondônia. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 1994. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8410>.
- OLIVEIRA, Nara Fonseca de Santa Cruz. Direito ao esquecimento e liberdade de expressão: posicionamento do STJ nos Casos “Chacina da Candelária” e “Aída Curi”. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/971#preview-link0>.
- OLIVEIRA NETO, Sandoval Bittencourt de. Sangue nos olhos: sociologia da letalidade policial no Estado do Pará. Tese (doutorado em sociologia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2020. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38542/3/2020\\_SandovalBittencourtdeOliveiraNeto.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38542/3/2020_SandovalBittencourtdeOliveiraNeto.pdf).
- PEQUENO, Letícia Sampaio. Tempo de luto, hora de luta: sofrimento e resistências das mães de adolescentes vítimas da chacina de Messejana em Fortaleza/CE. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84262>.
- RAMOS, Paulo César; COSTA, Sofia Helena Monteiro de Toledo. *As raízes do conflito social constituindo uma tipologia das chacinas*. São Paulo, FPA, 2023. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/reconexaoperiferias/wp-content/uploads/2023/11/AS-RAI>

- ZES-DO-CONFLITO-SOCIAL-CONSTRUINDO-UMA-TIPOLOGIA-DAS-CHACINAS.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.
- REIS, Vilma. Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991 – 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/13695/1/Atucaiados%20pelo%20Estado%20-%20Vilma%20Reis.pdf>.
- ROCHA, Marilene Sousa Pantoja da. “Chacina do Paar”: as dimensões do poder no universo policial. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2007. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/5299>.
- SILVA, David Esmael Marques da. Da festa à chacina: formas de gestão da violência e do crime em São Carlos/SP. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6767>.
- SILVA, Elen Glauciene. Chacina do Duro: do evento à representação dos acontecimentos. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7744>.
- SILVA JÚNIOR, A.; SANTOS NETO, F.; SOUZA, L. “Matou o cara certo que é da sua cor”: chacinas e masculinidades negras nos estudos acadêmicos. Brasília, Revista Latino Americana de Criminologia, v. 3, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/relac/article/view/47780/39065>.
- SOARES, Dandara Vicente. Justiça segundo as mães de Acari: 30 anos depois. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22915>.
- SOUZA, Oneider Vargas de. As lutas operárias na fronteira: a chacina dos quatro As (Livramento / RS 1950). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/9654>.
- VEDOVELLO, Camila de Lima. Quem sangra na fábrica de cadáveres? As chacinas em São Paulo e RMSP e a Chacina da Torcida Organizada Pavilhão Nove. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=553188>.



**CHACINAS E  
CONFLITOS AGRÁRIOS:  
Os casos de Pau d'Arco e  
do Quilombo de Iúna**



## Introdução

Sofia Helena M. Toledo Costa

Paulo Cesar Ramos

O seguinte texto compõe um dos cadernos da coleção *Chacinas e a Politização das Mortes: estudo de casos*, desta vez voltado para a relação entre as chacinas e os conflitos agrários<sup>1</sup>, a partir de dois casos emblemáticos, o Massacre de Pau d'Arco, que ocorreu em 2017 no interior do Pará, e o Massacre do Quilombo de Iúna, também em 2017, no interior da Bahia<sup>2</sup>. O estudo está voltado também para observar como as intersecções entre raça, gênero e território é uma força motriz dos conflitos que produzem as chacinas e os massacres.

O Pará, por exemplo, já foi palco de um dos maiores levantes revolucionários, ainda no período regencial, quando era nomeado de Grão-Pará. A Cabanagem teve início em 1835, com a tomada de poder por parte da população negra e indígena, tanto escravizada quanto livre, e as camadas da sociedade empobrecidas que viviam em moradias denomi-

---

<sup>1</sup> Outros cadernos da coleção: *Chacinas e Femicídios: os casos de Realengo e Campinas* (2024). Disponível em: <https://fpabramo.org.br/reconexaoperiferias/producao/chacinas-e-femicidios-os-casos-de-realengo-e-campinas/> *Chacinas e Policiamento: os casos de Belém e do Complexo do Salgueiro* (2024). Disponível em: <https://fpabramo.org.br/reconexaoperiferias/producao/cadernos-chacinas-e-policiamento-os-casos-de-belem-e-do-complexo-do-salgueiro/>

<sup>2</sup> Todos os gráficos e cruzamentos deste caderno foram elaborados por Ruan Bernardo, pesquisador atualmente responsável pelo levantamento dos casos e vinculado ao Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

nadas “cabanas”, e terminou em 1840 com a redenção do último revolucionário. Entre os objetivos principais, estava o de se opor e combater os abusos do sistema colonial, “a Cabanagem foi o resultado dos maus tratos que os habitantes da província do Pará sofriam pela coroa brasileira e que reuniu a população descontente” (SILVA, 2021). Ou seja, parte da elite e da população em geral, negros, agricultores, indígenas e outros desfavorecidos para tomar o poder na província” (SANTOS, 2022).

Esse importante marco na história brasileira gerou massacres de revolucionários e tropas governamentais, com a morte de cerca de 40 mil pessoas em uma população estimada em 100 mil habitantes. Ainda invisibilizada e com documentação tendenciosa e desqualificadora, ela é emblemática da luta de movimentos sociais compostos por camadas marginalizadas da sociedade, uma luta para reversão das condições de subjugação e opressão a que estavam submetidos e para transformação da ordem social vigente. A Revolução Cabana nos fornece um exemplo de uma resistência popular que conseguiu alcançar o poder e governar, sendo muitas vezes comparada à Revolução Haitiana<sup>3</sup>.

A Bahia também é conhecida como epicentro de importantes revoltas e revoluções de escravizados, em especial ao longo do século XIX. A Revolta dos Malês (1835), em Salvador, com o número de registro de participação que varia de 600 a 1.500 pessoas escravizadas. Foi organizada e liderada por africanos mulçumanos, popularmente denominados Malês, que eram parte do grupo étnico Haussá, e é um exemplo da ampla luta, organização e resistência contra a escravidão no Brasil. O contexto que a população vivia era de extrema concentração do poder econômico, “Os 10% mais ricos controlavam 66,9% da riqueza, enquanto os 30% mais pobres obtinham apenas 1,1%. É dentro desse contexto que se dá a rebelião muçulmana”, afirma o historiador João José Reis<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/janeiro-marcou-os-186-anos-da-revolucao-cabana/>.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.pstu.org.br/a-revolta-dos-males-o-levante-dos-escravos-mulcumanos-na-bahia/>.

Outro exemplo é a Revolta dos Alfaiates (1798-1799). Fortemente influenciada pelas lutas pela independência no Haiti, também é conhecida como Conjuração Baiana ou Revolta dos Búzios. Marcou a história brasileira por ter sido um movimento de libertação popular, composto e organizado, sobretudo, por ex-escravizados, os chamados negros libertos. Contra o escravismo e os abusos da elite colonial; pela independência da Bahia do domínio português, pela abolição da escravatura, entre outras demandas, a revolta dos Alfaiates é mais um exemplo da histórica luta por libertação popular: “Dentre os 49 apenados após os processos judiciais, a maioria era composta por negros, miscigenados, chamados de mulatos na época, e cinco mulheres. Os quatro condenados à forca, Manuel Faustino dos Santos Lira, Lucas Dantas de Amorim Torres, João de Deus do Nascimento e Luiz Gonzaga, tinham em comum o fato de serem ‘mulatos’ e trabalhadores [...] As penas foram maiores conforme a condição social e a cor da pele do acusado; quanto mais pobre, e ‘mulato’, maior a punição”<sup>5</sup>, ressalta o historiador Celso Ramos.

Essa breve recuperação teve como intuito reforçar o histórico de resistência frente a forças coloniais por parte das populações marginalizadas no sistema de poder à época vigente, assim como a continuidade de processos de subjugação, uma vez que, seguimos tecendo uma história de massacres, violações e violências mesmo diante de um dito sistema de governo democrático. Procuramos trazer estes casos à tela para dar atenção a elementos que poucas vezes são visíveis no debate público cotidiano. Muito impulsionado pelos meios de comunicação orientados pelo poder econômico concentrado nas duas maiores cidades do Sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo, as outras capitais, regiões e seus interiores parecem estar às margens da vida política e dos conflitos econômicos. Estes casos mostram como os interiores são repletos de riqueza e mobilizam grandes interesses econômicos. E o clamor por justiça que chama

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cultura/revolta-dos-alfaiates-o-primeiro-levante-popular-negro-da-bahia/>.

pelas vítimas de chacinas nos centros urbanos deve também urdir também pelos periféricos dos interiores e zonas rurais do país.

Também destaca-se que o território e as disputas em torno deste atravessam todo esse processo histórico e social brasileiro. A ausência de uma reforma agrária, de políticas de distribuição e demarcação de territórios de comunidades tradicionais, comunidades rurais, indígenas e quilombolas têm desencadeado uma série de violências, das quais, a produção de chacinas e massacres é um sintoma emblemático.

### A continuidade dos conflitos agrários no Brasil

Em um percurso que teve início em 2018, a pesquisa *Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil* (SILVA; RAMOS; SANTOS, 2019) teve como um dos objetivos o levantamento de casos de chacinas a partir de notícias de jornal, cobrindo um período de 2011 a 2022. O Amapá foi o único estado em que não identificamos nenhum caso reportado. Foram 929 casos reportados em jornais e que conseguimos identificar em nossa busca, com informações sobre o perfil das pessoas envolvidas, os meios de agressão, a suposta motivação para os assassinatos, o encaminhamento e/ou desfecho jurídico dos casos, além de possíveis repercussões destes na esfera pública e entre o associativismo<sup>6</sup>.

A coleção de cadernos *Chacinas e a Politização das Mortes: estudo de casos* tem como objetivo aprofundar, a partir do estudo de casos emblemáticos, os principais tipos de conflito que desencadearam as chacinas. A construção dessa *tipologia das chacinas* já foi abordada em outras publicações (FREITAS, 2022)<sup>7</sup>, assim como suas limitações e problemáticas mais evidentes. No esforço de compreender melhor a dinâmica desses conflitos que se manifestam em massacres e chacinas, nos debru-

<sup>6</sup> Disponível em: Esses dados estão disponíveis para consulta no site da Fundação Perseu Abramo, <https://fpabramo.org.br/reconexaoperiferias/painel-de-violencia/>

<sup>7</sup> Disponível em: <https://fpabramo.org.br/editora/livro/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

çamos em quatro tipos – que estão histórica e socialmente interconectados –, reconstruindo as histórias de pelo menos dois casos de execuções que tiveram relação com: as práticas de policiamento que se manifestam em ações em serviço, como operações policiais, abordagens; e, também, a atuação fora de serviço, envolvendo ações de grupos de extermínio e milícias (COSTA, 2024); feminicídios (COSTA; DAMASCENO; FARIAS, 2024)<sup>8</sup>; as mortes decorrentes da política de drogas adotada no Brasil, que se manifestam também em um histórico de massacres em presídios; e os conflitos agrários, foco do presente caderno. A seleção dos casos emblemáticos, como discorrido na nota metodológica, se deu a partir dos casos identificados no levantamento das notícias de jornal.

No período de 2011 a 2022, mapeamos 13 casos de chacinas cuja motivação apresentada foi conflito agrário. No entanto, é importante destacar que poucos são os casos que ocorrem no campo e conseguem acessar a mídia, além desse obstáculo há também o fato de que a mídia reverbera uma representação que nem sempre está alinhada com o que ocorreu de fato, tendo em vista o viés que carrega ao direcionar em primeiro plano todos os casos a uma perspectiva relacionada ao varejo de drogas. Um exemplo desse viés midiático é o próprio caso do Massacre do Quilombo de Lúna.

Dessa forma, fizemos a escolha metodológica de analisar em conjunto os 13 casos de conflito agrário, considerando para fins comparativos também os 88 casos de chacinas ocorridos no mesmo período, em locais como alojamentos, assentamentos, chácaras, fazendas, locais ermos, quilombo e sítios. São casos que também ocorreram em contextos rurais, mas que foram publicizados com outras supostas motivações que não o conflito agrário. Como se trata de um volume muito grande de casos, e muitos deles repercutiram com os movimentos sociais afirmando que os assassinatos tiveram relação com disputas por terras e pelos ditos recursos naturais, decidimos considerar tanto os casos a

---

<sup>8</sup> <https://fpabramo.org.br/reconexaoperiferias/producao/chacinas-e-feminicidios-os-casos-de-realengo-e-campinas/>

partir da suposta motivação, quanto também os casos por tipo de lugar. Entre esses últimos, é importante destacar que as supostas motivações atribuídas às chacinas são variadas – e serão apresentadas a seguir com mais detalhes. É fundamental reafirmar, no entanto, que nos referenciamos como “suposta motivação” porque a maioria dos casos – não só deste tipo de conflito – não são investigados, então a versão apresentada nas notícias vem dos policiais em cena ou da pessoa responsável pela delegacia em que os casos são registrados, assim que eles ocorrem, sem nenhuma investigação prévia a essas afirmações.

**Tabela 1. Distribuição de casos de chacinas em contextos rurais por suposta motivação publicizada e por tipo de local**

CASOS CUJA MOTIVAÇÃO PUBLICIZADA FOI CONFLITO AGRÁRIO	
Suposta motivação	Quantidade de casos por suposta motivação
Conflito agrário	13
Tipo de local	Quantidade de casos por tipo de local
Residência	4
Assentamento	4
Local ermo	2
Veículo	2
Via pública	1
<b>Total</b>	<b>13</b>

CHACINAS EM CONTEXTOS RURAIS QUE TIVERAM OUTRAS SUPOSTAS MOTIVAÇÕES	
Suposta motivação	Quantidade de casos por suposta motivação
Sem informação	33
Suposta associação a facções ou envolvimento com tráfico de drogas	19
Atuação policial em serviço	12
Vingança	7
Feminicídios e casos associados	5
Atuação policial fora de serviço	4
Acerto de contas	3
Várias versões	2
Latrocínio	2
Motivo torpe	1
<b>Total</b>	<b>88</b>

CHACINAS EM CONTEXTOS RURAIS QUE TIVERAM OUTRAS SUPOSTAS MOTIVAÇÕES	
Tipo de local	Quantidade de casos por tipo de local
Local ermo	64
Fazenda	9
Assentamento	6
Sítio	4
Chácara	3
Quilombo	1
Alojamento	1
<b>Total</b>	<b>88</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa “Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil”.

Considerando os casos pela suposta motivação e por tipo de local, entre 2011 e 2022, identificamos 101 casos de chacinas que ocorreram em contextos rurais e possivelmente por conflitos agrários. Mesmo que esses casos ocorram em contextos rurais e territórios onde a cobertura midiática é significativamente baixa, todos os anos tivemos notícias reportando massacres e chacinas. Em relação aos casos de conflito agrário, destacam-se os anos de 2017 e 2019, quando o aumento desse tipo de violência no campo foi significativo. Trabalhos como o da Comissão Pastoral da Terra<sup>9</sup> apontam esses anos como sendo marcados por uma acentuação dos conflitos. Essa mesma tendência se reflete nos casos de chacina publicizados como conflito agrário.

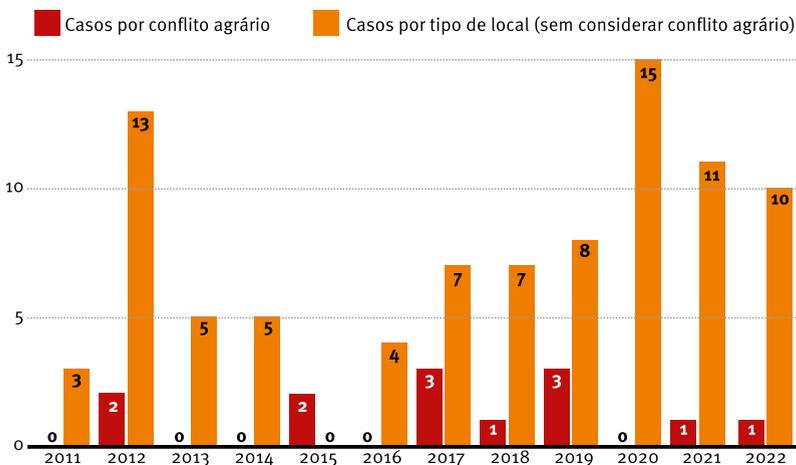
Também destacamos que muitos dos assassinatos ocorridos nessa série histórica de 12 anos, em especial, os casos de violência no campo, foram aumentando ao longo dos anos. Chama atenção que nos anos de pandemia, os casos desse tipo se acentuaram, enquanto aqueles que foram reconhecidos enquanto conflitos agrários diminuíram. Ambos os casos que estudamos e apresentamos neste caderno, ocorreram no

<sup>9</sup> No relatório “Conflitos no campo, Brasil, 2017” (2018), produzido pela Comissão Pastoral da Terra, o ano de 2017, entre 2008 e 2017, foi o ano com mais ocorrências de assassinatos por conflitos por terra. Sendo que nesse ano houve um crescimento de quase 200% nos assassinatos registrados em comparação com o início do período considerado.

ano de 2017. Um dos entrevistados da pesquisa no caso do Massacre de Quilombo de Iúna, um advogado, então membro da Associação de Advogados e Advogadas, Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, com especialização em direitos sociais no campo, e membro da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, nos contou um pouco sobre esse contexto de acentuação dessa violência: “Acho que já vem de final de 2015, começamos a observar um aumento exponencial na violência contra comunidades quilombolas e indígenas, contra comunidades tradicionais em geral.” (Entrevista com advogado que atuou no caso, realizada em dezembro de 2022, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

#### Gráfico 1: Casos de chacinas em contextos rurais distribuídos por ano, 2011 a 2022, Brasil

Foram considerados 101 casos de chacinas mapeados entre 2011 e 2022, sendo 13 por conflito agrário e outros 88 casos filtrados por tipo de local de ocorrência.

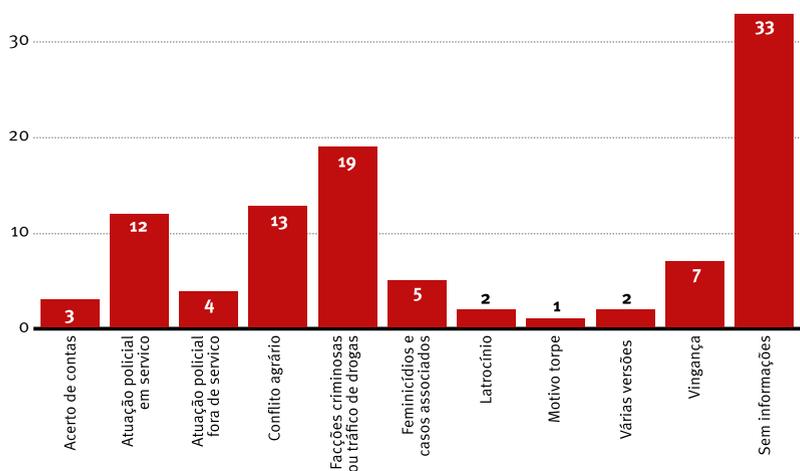


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa “Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil”.

A distribuição dos 101 casos de chacinas por suposta motivação está concentrada em sua maioria em casos sem informação, o que ocorre quando consideramos também a totalidade dos 929 casos mapeados. Essa amostra acaba por refletir o contexto geral do levan-

tamento da pesquisa, tendo em vista que também em segundo lugar estão os casos que foram publicizados como envolvendo facções e/ou tráfico de drogas. As problemáticas em torno dessa classificação feita pelos jornais e sua relação com a política de drogas e seu vínculo com a violência racial tem sido objeto de nossos debates e produções (SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019; FREITAS, 2022; COSTA, 2024; COSTA; DAMASCENO; FARIAS, 2024).

**Gráfico 2: Casos de chacinas em contextos rurais distribuídos por suposta motivação publicizada, 2011 a 2022, Brasil**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa “Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil”.

No entanto, é importante destacar que nas entrevistas que realizamos, em especial, do caso do Massacre de Iúna, localizado na Chapada Diamantina/BA, tivemos relatos da entrada crescente de grupos ligados ao mercado de substâncias ilegais e os conflitos decorrentes dos confrontos com esses grupos de interesse. Recebemos relatos desse tipo não só do interlocutor supracitado, mas também de uma jornalista, então vinculada à Comissão Pastoral da Terra da Bahia, que relatou o crescimento não apenas dos conflitos agrários, mas também da emergência desses grupos de interesse nos territórios,

Então, a partir do que apuramos na reportagem, se destaca muito que o massacre de Iúna foi um estopim para essa atual onda de violência, que atingiu os territórios quilombolas da Chapada. Muito dessa violência é relacionada a conflitos por terra, mas também a questão das drogas, atuação de organizações criminosas e etc. (Entrevista com jornalista que acompanhou o caso, realizada em fevereiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

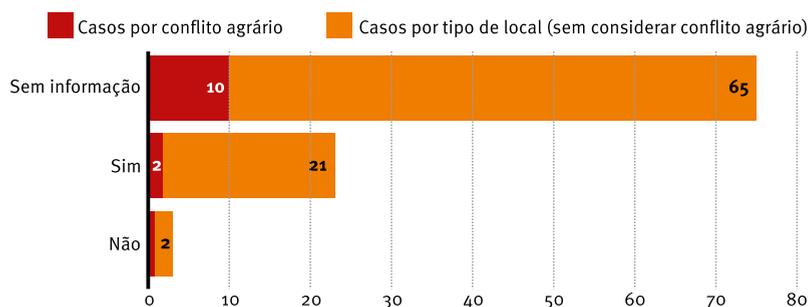
De um tempo também que a gente vem sentindo essa questão das drogas, da entrada das drogas nesses territórios. A situação que vem se agravando e que faz parte de um contexto mais geral, desse tratamento que o Estado dá a questão das drogas como uma questão policial, uma questão que envolve não saúde pública, como dar tratamento a outras drogas consideradas lícitas, como o álcool, o tabaco. Então se insiste numa política de cunho mais moralista do que qualquer outra e que não existe [guerra às drogas], você não mata cocaína, nem maconha, nem nenhuma outra droga, você mata gente. E mata gente que está no subúrbio, nas periferias, que não por acaso sabemos diante de um país escravocrata e racista que a gente tem, sabemos que é a população negra que majoritariamente está nessas regiões, que são dominadas pelo tráfico e que acabam sendo vitimadas por essa suposta guerra às drogas. E como disse, não é guerra às drogas, é guerra à gente, as pessoas que estão envolvidas ou não, com essas questões que são consideradas crime. É uma situação de complexidade muito grande mas que envolvem passos que precisam ser dados para gente rever essa política, essa questão da descriminalização e a gente sabe que não é só isso, que passa por reformas políticas mais amplas também que envolve contexto social de distribuição de renda, distribuição de terras, de tudo isso. (Entrevista com advogado que atuou no caso, realizada em dezembro de 2022, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Também chama a atenção no gráfico 2 (supostas motivações) o fato de que apenas dezesseis casos estão relacionados com a participação policial fora ou dentro de serviço, uma vez que em muitos casos, como o

de Pau d'Arco, há relatos de participação policial. Tendo em vista que a pesquisa busca compreender quais são os agentes que utilizam a chacina como repertório de ação para domínio territorial, há um campo em que relatamos quando há suspeita de participação policial. Ainda que tenhamos pouco acesso a esse tipo de informação, normalmente fornecida por possíveis sobreviventes, testemunhas, moradores, familiares, nos casos em que tivemos acesso, a maioria declarou suspeita de participação policial<sup>10</sup>.

### Gráfico 3: Casos de chacinas em contextos rurais distribuídos por suspeita de participação policial, 2011 a 2022, Brasil

Foram considerados 101 casos de chacinas mapeados entre 2011 a 2022, sendo 13 por conflitos agrários e outras 88 pelo tipo de local de ocorrência.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa “Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil”.

Esse campo de suspeita de participação policial alinha-se dado com o que nos territórios onde ocorrem essas chacinas: os responsáveis pelos assassinatos são geralmente conhecidos como grupos de “pistoleiros”, contratados com o objetivo de “limpar a área” – um termo utilizado

<sup>10</sup> Os movimentos sociais e organizações da sociedade civil que atuam nesses territórios são direta e cotidianamente afetados pela violência no campo. Em outro levantamento a partir dos dados do Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras, destacamos como o enfrentamento com grupos privados armados é um tipo de cerceamento mais frequente no caso das organizações do nosso mapeamento que atuam no tema agrário ou rural. Ver mais em: “Mapeamento coletivos e movimentos das periferias – agrário/ruralidades” na edição de junho/2019 da Revista Reconexão Periferias. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/06/revistareconexaoperiferias0619.pdf>.

quando essa contratação visa a remoção de pessoas de um determinado território, em benefício de quem os contratou e de seus interesses. Nos casos em que esses indivíduos foram identificados, a maioria deles pertenceu ou ainda pertence aos quadros de segurança pública. No caso do Massacre de Pau d'Arco, por exemplo, que contou com a participação de policiais, em uma das entrevistas que realizamos, a militante que acompanhou o caso aponta essa participação de agentes de segurança em crimes de conflito agrário,

A polícia no Estado do Pará hoje como em outros estados também, mas especialmente no Estado do Pará onde ocorrem os maiores crimes de conflito agrário, ela atua em favor de quem tem dinheiro, de quem tem recursos e essa região, em especial, é a região que é movida pelo recurso do agronegócio, pelo recurso da exploração do solo e da floresta. As polícias nesses espaços estão em favor de quem tem recurso. (Entrevista com ativista pelos Direitos Humanos, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Inclusive, a atuação de grupos de algozes é uma das semelhanças entre os casos de conflitos agrários e outros casos de chacina no campo. Em 38% dos casos de conflitos agrários e em 43% dos casos de assassinatos em áreas rurais, a média de pessoas que praticaram as chacinas foi de 4,4 e 5,6, respectivamente. Esses dados nos informam que, em ambos os tipos de ocorrência, os casos de chacina foram praticados por grupos organizados, provavelmente com planejamento prévio e por meio da contratação por parte de mandantes de organizações de pessoas responsáveis pelas execuções.

Nos casos de conflitos agrários, 31% dos casos de chacinas tiveram testemunhas identificadas e, em relação aos casos em áreas rurais, 47% dos casos tiveram testemunhas, uma proporção semelhante ao total de casos identificados no levantamento. Não surpreende que muitas dessas testemunhas não colaborem com as investigações – quando existentes –, dado que sofrem intimidações, ameaças e retaliações. Diante desse

cenário de insegurança, as alternativas são o silêncio ou ainda o deslocamento, a retirada dos territórios visando a segurança e a preservação de si e de seus familiares, diante da negligência estatal a que ficam sujeitas essas testemunhas e sobreviventes. Foi o que ocorreu no caso do Massacre de Pau d'Arco; depois da chacina, a única testemunha foi assassinada. Em uma entrevista com uma militante da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos que atua como agente administrativa em ONGs por meio da SDDH, ela acompanhou o processo administrativo do caso e nos contou que as investigações não se desdobraram em resoluções ou em um suporte e proteção à comunidade de assentados,

Nós temos 17 policiais envolvidos e identificados, 13 policiais que foram presos provisoriamente e depois ninguém foi apontado como responsável. As investigações não conseguiram apontar responsáveis, não conseguiram punir quem de fato deveria e, por último, a gente teve a única testemunha do caso morta. E morta por quem? Executada por quem? A mando de quem? As investigações não dão conta disso. (Entrevista com ativista pelos Direitos Humanos, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

A maior parte das notícias sobre os casos não informa o desfecho jurídico. Como a coleta dos casos foi realizada começando do ano de 2011 e seguindo progressivamente, os casos cuja resolução foi repercutida nos jornais foram acompanhados, mas tratam-se de raras exceções. Outra informação escassa, dada a natureza da própria fonte de dados, é o perfil racial das vítimas. Nas notícias que reportaram os casos de chacina sendo supostamente motivados por conflito agrário, foi possível fazer uma classificação racial a partir das fotografias. No entanto, elas só estavam disponíveis em relação a 12 pessoas das 61 que foram assassinadas. Na maioria dos casos, as vítimas foram reportadas como homens adultos, negros e brancos, com idade entre 30 e 59 anos. Mas é importante ressaltar que há uma grande quantidade de mulheres, de jovens e crianças vitimadas nesses casos de chacina por conflitos agrários. Em

## 42 Chacinas e conflitos agrários

alguns casos, não conseguimos por meio das notícias ter informações nem de raça, gênero ou idade das pessoas vitimadas.

**Tabela 2. Perfil das vítimas fatais em casos de chacinas cuja motivação foi publicizada como conflito agrário**

Raça/cor	Idade	Feminino	Masculino	Sem informação	Total de pessoas
Branca	0 a 14 anos	0	0	0	0
	15 a 29 anos	0	1	0	1
	30 a 59 anos	1	3	0	4
	Acima de 60 anos	0	1	0	1
	Sem informações de idade	0	0	0	0
	<b>Total</b>		<b>1</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
Raça/cor	Idade	Feminino	Masculino	Sem informação	Total de pessoas
Negra (Pretas e Pardas)	0 a 14 anos	0	0	0	0
	15 a 29 anos	1	0	0	1
	30 a 59 anos	2	2	0	4
	Acima de 60 anos	0	1	0	1
	Sem informações de idade	0	0	0	0
	<b>Total</b>		<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Raça/cor	Idade	Feminino	Masculino	Sem informação	Total de pessoas
Sem informações	0 a 14 anos	1	2	0	3
	15 a 29 anos	0	8	0	8
	30 a 59 anos	2	16	0	18
	Acima de 60 anos	0	2	0	2
	Sem informações de idade	1	13	4	17
	<b>Total</b>		<b>4</b>	<b>41</b>	<b>4</b>
<b>Total de vítimas fatais</b>		<b>8</b>	<b>49</b>	<b>4</b>	<b>61</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa "Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil".

Essas chacinas por conflitos agrários ainda carregam como característica particular o grande número de pessoas assassinadas em cada caso e poucas vítimas feridas e/ou sobreviventes. Consideramos como chacina casos de violência letal com pelo menos três vítimas fatais, esses casos de conflito agrário têm em média cinco vítimas, diante das 61 vítimas fatais cujas mortes foram noticiadas, tivemos conhecimento de apenas 8 pessoas que sobreviveram, muitas com ferimentos graves. Ainda que não tenhamos muitas informações sobre essas pessoas, conseguimos por

meio de notícias ou notas de repúdio, por vezes, a profissão ou ocupação das vítimas fatais. No entanto, não tivemos informações desse tipo de nenhuma das pessoas que sobreviveram. Apresentamos abaixo os termos como foram publicizados, eles evidenciam que o perfil de renda e ocupação mais vitimado nas chacinas por conflito agrário são trabalhadoras e trabalhadores rurais, mas no geral, são pessoas que trabalham em empregos precários, de baixa remuneração. Destaca-se também a vitimização de lideranças comunitárias nesses casos.

**Tabela 3. Profissão ou ocupação das vítimas fatais em casos de chacinas cuja motivação foi publicizada como conflito agrário**

VÍTIMAS FATAIS	PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	TOTAL
	Empregada doméstica	1
	Ex-vereador	1
	Feirante	1
	Professora de inglês	1
	Pastor da Assembleia de Deus	1
	Policial Militar da reserva	1
	Aposentado	1
	Caseira/o	2
	Agricultor/a	2
	Liderança comunitária	2
	Trabalhadora/or rural	19
	Sem informação	29
<b>Total de pessoas</b>	<b>61</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa “Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil”.

No caso das chacinas que ocorreram em contextos rurais, que também são casos de violência no campo, mas cuja as supostas motivações atribuídas foram outras, como já apresentado, identificamos 88 casos que vitimaram 424 pessoas neste período de 2011 a 2022. Quanto ao perfil racial, as dificuldades foram semelhantes aos casos de conflito agrário, em 70% das vítimas não foi possível identificar a raça/cor. Quando possível, 23,5% das vítimas fatais eram pessoas negras, entre essas pessoas negras, 50% eram homens jovens (até 29 anos). Os grupos que seguem sendo violentados na última década, são os mesmos que lutaram para resistir em

#### 44 Chacinas e conflitos agrários

conflitos anteriores, como na Cabanagem ou na Revolta dos Malês, fator que sintetiza uma perspectiva de que existe há muito tempo um ciclo ininterrupto de exclusão, extermínio e concentração de terras.

**Tabela 4. Perfil das vítimas fatais em casos de chacinas em contextos rurais que tiveram outras supostas motivações publicizadas**

Raça/cor	Idade	Feminino	Masculino	Sem informação	Total de vítimas fatais
Branco(a)	15 a 29 anos	3	5	0	8
	30 a 59 anos	4	5	0	9
	Acima de 60 anos	0	2	0	2
	Sem informações de idade	1	3	0	4
	Total	8	15	0	23
Raça/cor	Idade	Feminino	Masculino	Sem informação	Total de vítimas fatais
Indígena	15 a 29 anos	0	2	0	2
	30 a 59 anos	0	2	0	2
	Acima de 60 anos	0	0	0	0
	Sem informações de idade	0	0	0	0
	Total	0	4	0	4
Raça/cor	Idade	Feminino	Masculino	Sem informação	Total de vítimas fatais
Negro(a)	0 a 14 anos	2	3	0	5
	15 a 29 anos	7	48	0	55
	30 a 59 anos	4	12	0	16
	Acima de 60 anos	0	2	0	2
	Sem informações de idade	4	18	0	22
	Total	17	83	0	100
Raça/cor	Idade	Feminino	Masculino	Sem informação	Total de vítimas fatais
Sem informação	0 a 14 anos	3	8	0	11
	15 a 29 anos	2	88	0	100
	30 a 59 anos	4	37	0	41
	Acima de 60 anos	3	3	0	6
	Sem informações de idade	12	76	61	149
	Total	24	212	61	307
<b>Total de vítimas fatais</b>		<b>49</b>	<b>314</b>	<b>61</b>	<b>424</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa “Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil”.

No caso dessas chacinas no campo, conseguimos a informação de profissão/ocupação apenas para 85 das 424 vítimas fatais. Assim como

nos casos de conflito agrário, em sua maioria, as vítimas eram trabalhadoras rurais. Abaixo apresentamos os termos como foram publicizados, percebemos que há outras profissões que poderiam ser enquadradas como trabalho rural, no entanto, preservamos a forma de nomeação que foi repercutida em jornais ou em notas públicas.

**Tabela 5. Profissão ou ocupação das vítimas fatais em casos de chacinas em contextos rurais que tiveram outras supostas motivações publicizadas**

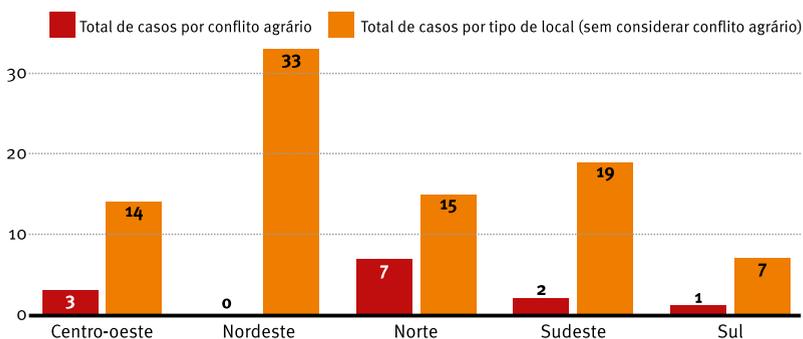
	<b>PROFISSÃO/OCUPAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>VÍTIMAS FATAIS</b>	Agente de saúde	1
	Advogada	1
	Agente penitenciário	1
	Auxiliar de pastor	1
	Comerciante	1
	Comprador de gado	1
	Cozinheiro	1
	Empresário (garimpo)	1
	Eletricista	1
	Ex-Guarda Civil	1
	Jardineiro	1
	Jogador de futebol	1
	Líder comunitário	1
	Pastor	1
	Policial civil	1
	Policial militar	1
	Professor de informática	1
	Rebocador de navios	1
	Taxista	1
	Zelador	1
	Caseiro	2
	Operário	2
	Estudante	4
	Fazendeiro	5
	Agricultor/a	5
	Motorista de aplicativo	5
	Garimpeiro	7
	Funcionário de obra	8
	Trabalhador rural	27
	Sem informação	339
Total de pessoas	424	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa “Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil”.

Essas chacinas que foram a público, que são retratos da violência no campo, têm uma distribuição regional com nítida concentração no Nordeste e no Norte. Dos casos que conseguimos identificar nas notícias, nenhum foi reportado como motivado por conflito agrário. Entendendo as tendências e vieses da própria fonte de dados, escolhemos como caso emblemático o Massacre do Quilombo de Iúna, em Lençóis, na Chapada Diamantina/BA. Foi um caso que ocorreu em 2017 e foi publicizado como sendo supostamente motivado por envolvimento da comunidade com facções e tráfico de drogas. Ao reconstruir o caso, percebemos que os conflitos agrários estão implicados nas novas formas de disputa dos territórios na Chapada. Já na região Norte, os estados se destacam tanto nos casos que foram publicizados como conflito agrário, quanto também casos em contextos rurais com outras supostas motivações atribuídas. Por ser uma região representativa, escolhemos o caso do Massacre de Pau d'Arco, que ocorreu na Fazenda Santa Lúcia, no Pará. O caso foi uma ação violenta praticada por policiais civis e militares, sob a alegação de cumprir 14 mandados de prisão preventiva e temporária, 10 trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados e uma testemunha sobrevivente também foi morta dias depois do massacre.

**Gráfico 4: Casos de chacinas em contextos rurais distribuídos por tipo de região, 2011 a 2022, Brasil**

Foram considerados 101 casos de chacinas mapeados entre 2011 a 2022, sendo 13 por conflitos agrários e outras 88 pelo tipo de local de ocorrência.



Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa “Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil”.

Ambos os casos, que serão apresentados brevemente na próxima seção, tem pontos que se conectam com a forma como os conflitos agrários acontecem no Brasil: as ameaças antes dos massacres; a morosidade de instituições estatais como Incra, tanto na regularização quanto na proteção dos territórios e das comunidades; a saída das famílias dos territórios depois dos massacres; o assassinato e as ameaças aos sobreviventes e os perigos da retaliação; assim como ações visando a eliminação e retirada de lideranças comunitárias de seus territórios a fim de enfraquecer os laços e organização coletivas; baixa resolução dos casos; os alcoses são muitas vezes conhecidos nas regiões, o medo das retaliações após os casos de chacinas e a interferência nas investigações. Estes são apenas alguns dos elementos comuns tanto nos casos que nos aprofundamos nesta pesquisa, quanto nos outros casos identificados a partir do levantamento das notícias. Esses elementos indicam que esses conflitos são tragédias anunciadas e fazem parte de um *continuum* da violência colonial, que constituem o que denominamos serem tempos democráticos.

## Os conflitos que emergem a partir dos casos emblemáticos

### *Massacre no Quilombo de Iúna*

O Massacre no Quilombo de Iúna vitimou seis pessoas e foi midiaticizado como um caso motivado por disputas pelo tráfico de drogas na região da Chapada Diamantina, na Bahia. Historicamente, esse território é marcado por disputas por água, pelo garimpo de diamantes, por energia eólica, além de violações e conflitos que se desdobram a partir da ocupação e regularização de terras e a demarcação de territórios quilombolas. O Quilombo de Iúna é cercado pelos rios de Utinga e Santo Antônio, que se encontram constantemente ameaçados por empreendimentos que colonizam a região por meio da especulação imobiliária, da produção de energia eólica, do turismo predatório, além de ameaças

constantes às terras onde vivem os quilombolas de Iúna, que são alvo de disputas por regularização fundiária e venda ilegal de terrenos. Entrevistamos uma das lideranças da comunidade, que é quilombola e professora e até então estava na Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Pescadores de Iúna. Ela nos contou um pouco sobre a formação do quilombo, a dinâmica da comunidade e a complexa relação com os fazendeiros,

Na verdade, Iúna é um território quilombola formado pelos fazendeiros. O documento original está nas mãos dos fazendeiros, todas as famílias quilombolas são posseiras, vieram trabalhar como remunerados, como empregado, depois os fazendeiros deixaram de remunerar essas famílias e eles passaram a sobreviver do seu jeito. Foram criando, plantando, e também arrumando outros trabalhos fora, tem uma fazenda vizinha de energia orgânica, gerou vários empregos para as pessoas da comunidade de Iúna e Remanso, que são comunidades irmãs. E aí as pessoas ficaram criando gado, porcos, criando galinha e tem seus direitos, trabalham e os donos não abusam. (Entrevista com liderança quilombola de Iúna, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Quando a quilombola diz que “os donos não abusam”, se referindo a quem supostamente tem propriedade sobre a terra – os fazendeiros – e explicita melhor como se dá a relação de “trabalho”, evidencia-se como a história escravocrata do país segue com peso significativo no imaginário social, pelo menos, no que envolve os conflitos agrários.

Sem históricos de casos de violência, em julho de 2017, a comunidade de Iúna passa a ocupar as manchetes de jornais locais e nacionais após o assassinato de uma liderança, Lindomar Fernandes Martins. Em agosto de 2017, ocorreu o massacre, em meio ao processo de regularização do quilombo pelo Inca. Para compreender como se deu esse processo e como ele pode ter acentuado os conflitos já existentes, entrevistamos um advogado e membro da Associação de Advogados e Advogadas Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, com especialização em

direitos sociais no campo, e membro da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Ele apontou como a chacina não foi um caso isolado, havia um histórico de ameaças, assassinatos e violências que já estavam em curso contra os quilombolas de Iúna e que tem relação direta com os interesses do agronegócio na região da Chapada Diamantina.

Alguns meses antes começam os fatos de violência, de tiroteio, um senhor que foi baleado e sobreviveu. A chacina não foi um fato isolado em si, já vinha se desenvolvendo ali de alguns meses um histórico de violência na região. Ameaças, bilhetes colocados por baixo da porta das pessoas. Nós vemos essa questão muito relacionada à questão do território, o avanço e interesse do agronegócio ali na região. (Entrevista com advogado que atuou no caso, realizada em dezembro de 2022, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

Nesse contexto de tensão, é publicado o relatório de regularização fundiária do território de Iúna pelo Incra e a violência se intensifica. A publicação, que representou um avanço importante no processo de identificação e delimitação do território, também desencadeou uma série de disputas pelo território. Segundo uma das pessoas entrevistadas, dois anos depois da publicação, “nada tinha feito para regularização dos territórios”:

No momento em que é publicado o estudo do Incra, o relatório técnico de identificação e [delimitação] do território, a sigla é [RTD], começam ou aumentam essa questão das ameaças e da violência contra as comunidades. Lá em Iúna não foi diferente, é o que vemos no relatório do Incra. O Incra, a partir das visitas dos técnicos, já vinha alertando sobre esse clima de violência instalado que se vê no relatório, em que algumas pessoas da comunidade cederam ou venderam alguns imóveis que nem poderiam, para pessoas estranhas. (Entrevista com advogado que atuou no caso, realizada em dezembro de 2022, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

Porque quando houve a notícia que o Incra estava lá fazendo a demarcação da situação fundiária da terra, vieram várias famílias que não eram quilombolas para adquirir terras na comunidade. Cheguei a orientar uns três vizinhos a não vender, porque assim como eu tenho 49 anos, tem outras pessoas na comunidade que nasceram ali e se criaram e se sentem no direito, quando diz assim “o Incra vai vir” e vai começar a demarcar o território quilombola, vou ter a minha terra por direito. (Entrevista com liderança quilombola de Iúna, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

É importante retomar: a chacina ocorreu diante desse histórico de conflitos e ameaças, no entanto, a cobertura midiática do caso focou na motivação apresentada pela polícia e repercutiu o caso como uma chacina que ocorreu devido ao envolvimento da comunidade com o tráfico de drogas. Essa versão é questionada pelas pessoas que entrevistamos, que, na direção contrária, apontaram o racismo institucional e midiático que em qualquer situação de violação contra pessoas negras, comunidades tradicionais e periféricas, busca criminalizar as pessoas vitimadas e seus territórios. Para compreender como o caso foi repercutido nos jornais, entrevistamos uma jornalista que na época da entrevista compunha a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e um antropólogo, também da CPT, que atua na Chapada Diamantina e acompanhou a comunidade de Iúna nos últimos anos. A condenação prévia, as investigações e a propagação de narrativas racistas via canais de comunicação desencadeiam um processo de criminalização que vai desde aquelas que tiveram que foram vitimadas, até aquelas pessoas que sobreviveram,

Acho que o primeiro ponto assim é o racismo. Se a gente for pensar na grande mídia, como a grande mídia tratou o caso, é uma questão posta, uma pessoa tinha envolvimento com o tráfico, com o crime, então é isso, a resposta é essa, se encerra aí. Lembro que na época houve uma pressão da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), porque foi um ano com muitos assassinatos de

lideranças quilombolas, então a CONAQ tentou mobilizar e trazer essa questão para pauta, mostrando que não eram questões se encerravam ali no crime, no tráfico. Mas ainda assim, percebo que é isso, a cobertura da mídia em torno desse caso, especificamente, mas também em outros casos de conflito no campo, ela é marcada pelo racismo, pelo estereótipo e não tem tanto interesse em aprofundar, tanto que o caso ainda está sem resposta e as pessoas continuam vivendo nesse cenário de ameaça. (Entrevista com jornalista que acompanhou o caso, realizada em fevereiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Olha, realmente difícil, porque é o seguinte: a mídia, a polícia e a delegacia já têm tudo elaborado. Já condena todo mundo, já chega com violência e discriminação total, com os mortos e os sobreviventes. Não consideram família, não respeitam ninguém. Isso acho que é o que mais massacra a comunidade, porque elas têm que explicar para todo mundo, todo mundo que chegue para lá, que eles não são criminosos e não eram criminosos [...] Que foram vítimas disso tudo. (Entrevista com antropólogo vinculado a CPT, realizada em dezembro de 2022, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Essa infiltração, do tráfico na comunidade, muitas vezes pode estar ligada a outros interesses e patrocinada por outros interesses, tendo a terra aí também, as propriedades da terra como um fator central. (Entrevista com advogado que atuou no caso, realizada em dezembro de 2022, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

A mídia como propagadora de uma narrativa que promove a violência racial contra quilombolas é um dos aspectos que o caso de Iúna evidencia, esse discurso tem como fonte a versão dos agentes de segurança pública. A atuação do judiciário e o fato de ser composto por uma branquitude que condena de antemão evidenciam como, além da criminalização das vítimas, dos sobreviventes e dos territórios, há uma intersecção de interesses de diversos grupos que culminam em expo-

priações e extermínios, do qual Iúna é emblemático. Nós entrevistamos um promotor que chegou a ter contato com o processo de Iúna e considera que o caso não conseguiu ser investigado por empecilhos como o medo das retaliações e a desconfiança em relação ao sistema de justiça por parte das testemunhas e dos sobreviventes. Mesmo que reconheça que o fator racial atravessa essa interação entre sobreviventes e o sistema de justiça, ele atribuiu a responsabilidade da discricionariedade judicial e de seu racismo intrínseco à investigação do caso, às pessoas que são por ele vitimadas. Enquanto isso, outra de nossas interlocutoras, uma quilombola de Iúna, conta como o discurso de envolvimento com tráfico de drogas foi reproduzido por um juiz e utilizado para naturalizar as mortes antes de qualquer averiguação,

Então, como se deu em uma comunidade quilombola, acaba repercutindo muito na própria estrutura social de Lençóis-Ba, é uma cidade em que os nativos são pessoas negras, e as pessoas que acabam ocupando as instituições são pessoas brancas, e as pessoas brancas de lá quando chegam para Lençóis-Ba são as que ocupam um lugar de própria exploração, se observar os restaurantes, hotéis, são de pessoas de fora, de outros estados, e que a mão de obra é a mão de obra negra lá de Lençóis, e que é explorada. **Então, vejo como esses dois empecilhos, o medo de retaliações, e a própria desconfiança com o sistema de justiça que tem lá em Lençóis.** (Entrevista com o promotor que teve acesso ao caso, realizada em fevereiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

[...] e a atenção foi pouca, porque no segundo assassinato mesmo, antes da chacina, eu me lembro que o delegado de polícia me ligou, me perguntando se tinha acontecido um assassinato em Iúna, se era verdade, que não queria deslocar para não perder viagem e precisava ter alguma informação de certeza. Depois do acontecido, do evento, da chacina, eu fui para Remanso [...] Nós tivemos que ir até o fórum conversar com o juiz, e o juiz generalizou, havia um(a) (?) na equipe que bateu de frente com ele perguntando, ele falou **“geralmente nas comunidades pobres, negras é normal**

**esse tipo de coisa, as pessoas se envolvem com drogas**”, ele generalizou a situação. (Entrevista com liderança quilombola de Iúna, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Entre os impactos do massacre no quilombo e em sua dinâmica cultural e social, a saída das famílias do território foi um dos elementos destacados; uma das principais lideranças da comunidade foi perseguida e sofre retaliações e ameaças até os dias atuais; as festas e confraternizações também foram impactadas. Muitos problemas continuam, como a vulnerabilidade a que estão expostas as comunidades tradicionais, o medo, a entrada de pessoas não quilombolas e com outros interesses conflitantes ao das comunidades aumentou com os anos. Os episódios de violência que ocorreram na comunidade demonstram que os conflitos no campo desestabilizam a vida dos povos tradicionais. Como já mencionado, o Massacre de Iúna teve uma repercussão entre os movimentos sociais voltados para a questão rural e quilombola. Além de atos em homenagem às vítimas do massacre, representantes dos quilombos de Iúna e Remanso têm continuamente se organizado para denunciar e combater a permanência de conflitos agrários em seus territórios. A chacina impactou diretamente a dinâmica da comunidade. Momentos coletivos de confraternização, por exemplo, deixaram de acontecer. Além disso, segundo os entrevistados, aproximadamente dois terços das pessoas que viviam em Iúna deixaram o território após o caso, escolas foram fechadas, festas canceladas. Esse impacto evidencia como episódios de violência têm consequências que extrapolam os casos e afetam o cotidiano comunitário de forma geral.

Mas sempre tem pessoas que não conseguiram mais voltar para comunidade, como [uma das entrevistadas]. Ela vai para um povoado e não conseguiu mais retornar para comunidade, mesmo sendo uma das principais lideranças. As festas também nunca mais aconteceram, nunca mais aconteceu festa à noite. Se tiver aniversário, samba, oferendas, tudo, só acontece de dia. Mudou totalmente a rotina da comunidade. Talvez, nunca mais

volte a ser a mesma, porque depois de vários anos a cultura dificilmente retoma o processo como era antes. (Entrevista com antropólogo vinculado a CPT, realizada em dezembro de 2022, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

O território continua sendo fatiado, alguns donos já estão velhinhos e a família não aparece, tem várias famílias e às vezes me preocupa, a associação, eu como representante da associação, as famílias que não são quilombolas eu não aceito associar [...] Várias famílias conseguiram terra dessa forma clandestina e também ficam querendo ser beneficiadas com os programas, com os projetos quilombolas. E é isso que quero deixar o alerta, porque eu não tenho total confiança, continuo com medo. A gente vê pessoas de fora que não são famílias quilombolas, que não eram famílias quilombolas sendo inseridos na comunidade ainda. Precisamos de atenção da justiça em relação a isso. Como é um processo na justiça e uma questão quilombola, sabemos que temos direito e acesso à justiça. (Entrevista com liderança quilombola de Iúna, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Entre os pontos críticos comuns ressaltados pelas pessoas entrevistadas, há reflexões que conectam essa chacina em Iúna com os casos de conflito agrário e com a própria história do Brasil, como a omissão estatal no campo da garantia de direitos e a ação violenta que possibilita essas violações. Os movimentos sociais, como a CPT, MST, CONAQ, tratam esses casos de conflito agrário como “tragédias anunciadas”, reconhecendo a responsabilidade estatal, em especial, o Incra e sua morosidade e irresponsabilidade diante dos processos e das denúncias de violações. É comum em territórios em processo de regularização fundiária o acirramento das disputas e conflitos com grupos de interesse como madeireiros, fazendeiros, garimpeiros, entre outros. Assim, em muitos casos a demora do Incra nesses processos e a falta de acompanhamento dos territórios, que são deixados para fazer sua própria defesa contra esses interesses de grupos externos, coloca o Incra em uma

posição central em termos de responsabilidade para as comunidades que continuamente cobram ações mais rápidas e acompanhamento. Os casos não são investigados, mas os atores envolvidos são velhos conhecidos: o agronegócio, a mineração, a especulação imobiliária, os grandes latifundiários. Diante deste cenário, a agenda dos movimentos sociais volta-se para demandas como a demarcação e titulação dos territórios, a reforma agrária, a proteção das comunidades,

Denunciar essa ação e omissão do Estado diante desses casos, essa violência é gerada pelo latifúndio, pelo agronegócio, pela especulação, pela mineração, os atores e agentes causadores e (autores) envolvidos [...] a impunidade, eu acho o fator central que interliga todos esses casos de massacre historicamente ao longo de toda história do Brasil, todos os casos permanecem praticamente impunes e sem mandantes identificados. (Entrevista com jornalista que acompanhou o caso, realizada em fevereiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Acho que em termos de política institucional a articulação e demarcação dos territórios, assentamento e titulação para (?) da reforma agrária desses territórios, porque grande parte desses conflitos passam por esse cenário de território (sobremarcados), territórios não titulados, territórios ocupados há muito tempo por populações do campo, tradicionais, mas que não possuem nenhuma proteção e também essa atuação mesmo no combate a grilagem de terras, especulação imobiliária, (práticas) predatórias, garimpo, que acabam buscando esses territórios de uma maneira óbvia para o agronegócio, para esses setores. São territórios ali que sabemos que são marginalizados e vulnerabilizados pelo Estado, para atuarem e ocuparem irregularmente esses territórios. (Entrevista com jornalista que acompanhou o caso, realizada em fevereiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

A questão da violência no campo ela passa muito pelo cumprimento do que a legislação brasileira e a Constituição têm no seu texto a reforma agrária

ria, em relação à demarcação de terras indígenas, a titulação dos territórios quilombolas, e o que outras legislações trazem também sobre a questão territorial, de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. (Entrevista com advogado que atuou no caso, realizada em dezembro de 2022, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

Então, há um processo de gentrificação de empurrar essas comunidades para as favelas, para lugares mais próximos de serviços, inclusive para o agronegócio, catadores de frutas e essas coisas. E com essa modernização e branqueamento, do processo de branqueamento, pessoas do sudeste que vem e fazem suas casas de veraneio ali para passar uma temporada e as pessoas sendo empregadas. (Entrevista com antropólogo vinculado a CPT, realizada em dezembro de 2022, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

O Massacre de Iúna é emblemático dessa violência agrária que emerge da continuidade da violência colonial, como a reatualização, a modernização de conflitos conhecidos, interesses como extração de minérios, disputas hídricas e territoriais se interseccionam produzindo esses massacres.

Não se resolve a questão hídrica, que é um problema sério porque a tendência é a apropriação privada da água em função desses grandes projetos do capital. A apropriação do território a as comunidades mais vulneráveis e aí quando chega esse processo, chega também toda essa influência de fora e começa a conviver na comunidade. Há uma vulnerabilidade social muito [diferente], as meninas, as mulheres, e essa juventude pela falta de perspectiva que não [oferece] a comunidade como uma comunidade de território seguro. Esse retrato que a gente faz é que noventa por cento para essa situação e não chegou nem a fase que Iúna chegou e as que chegaram na fase que Iúna chegou não se resolve. Faz o estudo mas não decreta a demarcação do território e a regularização do território em si. Sem essas questões territoriais para mim, todas essas oitenta comunidades correm a mesmo risco. (Entrevista com antropólogo vinculado a CPT, realizada em dezembro de 2022, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Essa violência agrária é recorrente desde a chegada do processo colonial. Não é um problema novo e não é um problema que vai ser resolvido tão cedo. Porque ele, o problema agrário na Chapada ela atualiza, e hoje ele atualizou num problema hídrico, na disputa pela água. Por cima da disputa pela água está atualizado por uma disputa por energia eólica. O maior parque de energia eólica da América Latina fica instalado nessas comunidades quilombolas. É um conflito não resolvido, que atualiza e moderniza. (Entrevista com antropólogo vinculado a CPT, realizada em dezembro de 2022, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

### *Massacre Pau d’Arco*

O segundo caso emblemático é o Massacre de Pau d’Arco, que ocorreu também em 2017, quando dez trabalhadores rurais sem-terra – nove homens e uma mulher – foram executados brutalmente por policiais civis e militares na Fazenda Santa Lúcia, no município de Pau d’Arco, no sul do Pará. Sob pretexto de cumprir mandados de prisão preventiva contra os ocupantes da fazenda, os agentes de segurança realizaram o que é conhecido como o segundo maior massacre no campo cometido nas últimas duas décadas, o primeiro é o Massacre do Eldorado dos Carajás em 1996. A fazenda onde estavam os assentados era uma área em disputa no Incra, o que as entrevistas que realizamos apontam é que as autoridades já tinham conhecimento que o território estava sob tensão, os assentados estavam sendo ameaçados, como disse uma das entrevistadas neste caso, uma mulher negra que atua na administração de uma ONG e que acompanhou as investigações da chacina, já era de conhecimento público “*o anúncio de uma possível barbárie ali*”. Também entrevistamos um advogado da Comissão Pastoral da Terra que foi assistente de acusação, ou seja, advogado das famílias das vítimas no caso, para ele o conflito eminente já era de conhecimento do Incra dado o histórico da região,

[...] porque essa é a mesma região onde ocorreu, em 1996, o Massacre de Eldorado. Então essa é uma região de conflito e a área da Fazenda Santa

Lúcia, que foi onde ocorreu essa execução, já era uma área que estava em disputa dentro do Incra e dos órgãos de legalização fundiária. Então já havia um conhecimento, tanto das autoridades policiais como dos órgãos federais, assim como das organizações, que havia ali um conflito declarado e que as pessoas estavam sendo ameaçadas, que essas pessoas já haviam sofrido investida por parte de pistoleiros. Então já havia tanto para a sociedade quanto para as autoridades, o anúncio de uma possível barbárie ali, até porque essa é uma região conhecida por esses conflitos. (Entrevista com ativista pelos Direitos Humanos, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Era uma área de conflito já bastante conhecida pelo Incra de Marabá, pela Superintendência do Incra de Marabá, e de autoridades da Comarca de Redenção que abrange o município onde houve a chacina, onde houve o massacre. Então, não era um caso desconhecido, era um caso conhecido de conflitos já de alguns anos. (Entrevista com advogado que atuou no caso, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Após o massacre, a principal testemunha do caso, o único sobrevivente, Fernando Araújo dos Santos, foi assassinado em 2021. Ele já havia denunciado as ameaças que estava sofrendo por parte dos agentes acusados pelo massacre, mas ainda assim a polícia descartou a relação entre a chacinas e o assassinato da testemunha<sup>11</sup>. Os policiais acusados sustentam que houve um confronto entre os agentes e os trabalhadores sem-terra e que agiram em legítima defesa, mas não houveram provas para sustentar essa versão. No entanto, nas entrevistas que realizamos a narrativa é de que ocorreu uma execução, com planejamento prévio, praticada por um grande grupo de policiais. A posição em que as vítimas fatais foram encontradas, os sinais de tortura e a quantidade de tiros por arma de fogo sustentam que foi uma execução. As duas inves-

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/investigacoes-da-chacina-de-pau-darco-para-foram-encerradas-sem-apontar-mandantes/>

tigações sobre o massacre foram encerradas sem apontar os mandantes, os 17 policiais acusados respondem em liberdade e seguem exercendo suas funções normalmente na corporação<sup>12</sup>. Mais um caso emblemático de violência rural que consideramos uma “tragédia anunciada”, mas desta vez, praticada por agentes de segurança pública do Estado.

A chacina foi um ato planejado, aquela execução foi um ato planejado. Ele é um ato criminoso por parte do Estado brasileiro e a gente fala isso analisando os agentes envolvidos. Ele é um ato de omissão do Estado brasileiro quando, ao mesmo tempo, não utiliza dos meios cabíveis para determinar o que são áreas de conflito e legalizar o espaço de posse para quem de fato tem direito a ele. Como a área em questão era uma área que estava sobre processo e por não ser legalizada de atuação da União, de posse da União, foi um crime que poderia ter sido evitado e ele não deveria ter contado com as mãos do Estado nesse caso. (Entrevista com ativista pelos Direitos Humanos, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Uma das pessoas que entrevistamos é um morador do assentamento, um trabalhador rural com ensino fundamental completo, ele não estava no dia do massacre, mas nos contou como a chacina era uma ameaça dos policiais aos posseiros e confirma que as informações de que haveria um massacre já estavam circulando há tempos. Os agentes já teriam avisado que fariam uma chacina e que na fazenda “*não ficava ninguém*”:

Teve uma vez que o pessoal chegou aqui e disse que nem que eles fizesse (sic) uma chacina. Eu não tava (sic) no momento não, mas os companheiros aqui depois repassaram para nós, aqui debaixo do pé de manga, mas que aqui ninguém ficava não, nem que eles matasse (sic) um bocado, mas sempre já tinha tido isso. E outra que o pessoal já tinha descobrido (sic) que eles vinham pra matar, outros não sabia (sic) que eles vinha (sic) para matar, mas eles já tinha (sic) falado que nem que eles fizesse (sic) uma cha-

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://cimi.org.br/2024/05/massacre-de-pau-darco-sete-anos/>.

cina, mas que não ficava ninguém. (Entrevista com trabalhador rural que é liderança da associação do assentamento, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Os outros companheiros que já tinham visto falar que ia dar vermelho, que a polícia vinha para matar, tinha vazado (sic) essas informações, aí um bocado não entrou para a área. (Entrevista com trabalhador rural que é liderança da associação do assentamento, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Ele nos conta também parte dos efeitos em quem sobreviveu, uma vez que, as vítimas feridas e as pessoas que estavam no momento do ataque enfrentam diversas sequelas, entre elas o efeito na saúde mental e os traumas decorrentes da violência. Diante da ausência de qualquer suporte estatal, aquelas pessoas que dependiam do cuidado das que foram vitimadas contaram apenas com o apoio de outras pessoas da comunidade, em especial, outras mulheres,

Foi muito triste o que tava (sic) na hora né, além deles pegar e chutar, eles já vieram programado para fazer, foi triste. Lá no momento, os companheiros que tava (sic) próximo quando eles conta (sic), eles chora (sic). O jeito que foi, como foi, eles não gostam nem de contar, foi aterrorizante o momento. (Entrevista com trabalhador rural que é liderança da associação do assentamento, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Tanto que eu lembro do caso de uma vizinha nossa, que dois filhos dela morreram no massacre, morava de frente em casa. Ela era doente, fazia aquele negócio de tirar sangue, hemodiálise. E aí ela usava cadeira de rodas, tinha as pessoas (sic) que cuidavam dela, às vezes ela ligava pra minha esposa cuidar dela, fazer um chá. E ela tipo morreu à míngua. Tipo assim, não foi à míngua porque os parentes cuidou (sic) né, outros parentes mais distantes. Mas nunca é que nem os filhos, se tivesse os filhos vivos. Então, assim, não teve assistência nenhuma do Estado. (Entrevista com

trabalhador rural que é liderança da associação do assentamento, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Uma das perguntas destinada às pessoas entrevistadas foi sobre a atuação dos poderes estatais em relação à chacina. Enquanto o advogado que entrevistamos reconhece que o caso, por ter tido uma ampla repercussão, acabou sendo encaminhado com mais agilidade e atribuiu isso a atuação dos movimentos de defesa dos direitos humanos, “*Se a sociedade, se os movimentos de defesa dos Direitos Humanos estão organizados e faz pressão, geralmente, o sistema de justiça tende a dar respostas mais rápidas*”; tanto a ativista quanto o trabalhador rural que vive no assentamento, consideram que a atuação do governo foi péssima. Foi apontado como os direitos fundamentais – segurança, acesso a políticas públicas, acesso à terra, moradia – não são garantidos pelo Estado; para uma das entrevistadas, tanto o Legislativo, quanto o Judiciário, assim como as forças policiais, então a serviço dos latifundiários. Assim, diante de casos como o de Pau d’Arco, que foi arquivado, a impunidade foi apontada como um fator importante, uma vez que os algozes têm ciência de que não sofrerão responsabilizações pelos assassinados,

Eu acho que o governo, o pessoal, tinha mais coisa para eles fazer (sic) para não haver esses conflitos [...] Se acontece isso é porque a pessoa sabe que não ia ser punida. Tanto que eles nunca pensaram que ia dar uma repercussão que nem deu [...] nós não sabe (sic) nem o nome dos mandantes, os policial estão (sic) todo mundo trabalhando. Então aconteceu o que aconteceu, as polícia tão (sic) trabalhando, os mandantes nunca foi (sic) selecionado, o processo tá arquivado. Então essa impunidade, eles sabe (sic) que não acontece nada, eles nunca nem pensou que ia dar. Não teve justiça ainda, mas eles nunca nem pensou (sic) que ia dar isso. (Entrevista com trabalhador rural que é liderança da associação do assentamento, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Nós temos no Legislativo representantes desses interesses escusos que são deputados, vereadores e senadores que são relacionados ao agronegócio, quando a gente tem no judiciário pessoas que respondem a esse interesse porque não se contentam com o salário que ganham e precisam receber propinas para garantir o bel prazer dos latifundiários e quando nós temos na polícia o Estado que se sente legalmente legitimado, fardado, recebendo munição paga por nossos impostos para poder ir lá e fazer execução. (Entrevista com ativista pelos Direitos Humanos, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Em termos midiáticos, o caso teve ampla repercussão, nacional e internacionalmente, tanto por ser um território conhecido historicamente por conflitos agrários, *“Foi um caso que alcançou uma repercussão bastante grande à época, por se tratar de uma região onde ocorreram a maioria das chacinas de camponeses no Brasil”*; como também pela atuação de movimentos sociais que buscaram publicizar o massacre rebatendo a versão propagada em jornais de que os trabalhadores rurais teriam entrado em confronto com os policiais, em uma narrativa que responsabilizou as vítimas pela própria morte, inserindo-as em um processo de criminalização. Esse elemento é comum tanto nos casos de chacinas por conflitos agrários, quanto em chacinas em contextos de conflitos urbanos,

Primeiro vem as falácias dos fatos colocados como eles devem para cobrir o crime do Estado. Todas as vezes que existem chacinas e execuções em grande proporção, independente se elas são execuções dadas no processo de conflito agrário ou de execuções dadas no processo dos conflitos urbanos, a gente vê a mídia vive tentando transferir a responsabilidade para quem de fato foi vítima. Então, a vítima se torna um agressor nos primeiros momentos e pra mídia, de forma muito banalizada, a vítima sempre vai ser o agressor da história, vai sempre ser o vilão. Então, a cobertura midiática sempre traz o cuidado de reservar os verdadeiros responsáveis pelo crime. A mídia sempre se dá o trabalho de proteger os empresários, o agronegócio, o pistoleiro, mas

não protege a vítima. Sempre a vítima vai se tornar o vilão do processo. (Entrevista com ativista pelos Direitos Humanos, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Nesse contexto, a atuação dos movimentos sociais e a forma como buscam repercutir e publicizar os casos é de suma importância para contrapor essa narrativa estigmatizante. No caso do Massacre de Pau d'Arco, identificamos três organizações que acompanharam o caso e deram suporte às trabalhadoras e trabalhadores rurais: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e Terra de Direitos. Elas trabalharam para desmentir a versão de que teria sido um confronto com a polícia, contrapondo as chamadas sensacionalistas das mídias, acompanharam as investigações do caso e pressionaram para que a Polícia Federal investigasse a chacina,

É interessante que a polícia do Brasil é a única polícia que entra em confronto com pessoas desarmadas, que executa de 10 ao número que ela achar necessário de pessoas e sempre vai sair ilesa, sem nenhum arranhão, sem nenhuma marquinha, mas ela precisa matar 10, 20 quantos estiverem na frente dela porque foi um confronto armado e isso é muito ruim. Então quando a gente percebe isso, e aí muito felizmente nós temos organizações que de imediato se mobilizaram e foram para região para acompanhar de perto as investigações. (Entrevista com ativista pelos Direitos Humanos, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Foi feita uma mobilização das organizações de direitos humanos para que a Polícia Federal pudesse investigar, considerando que os acusados das mortes eram policiais civis e militares, então seria muito complicado a Polícia Civil investigar a si própria. E aí houve uma deliberação à época para que a Polícia Federal pudesse investigar o caso e assim foi feito. (Entrevista com advogado que atuou no caso, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

A forma como os movimentos agiram foi importante para a repercussão que o caso ganhou, chamando atenção de parlamentares, da imprensa, da sociedade civil para que a versão de confronto não fosse a única publicizada e para que houvesse a comprovação de massacre, de execução. Para o entrevistado que vive no assentamento, se não fossem essas ações, “*não tinha virado nada*”,

A situação do que aconteceu, as 10 pessoas que foi (sic) assassinada aqui, eu digo o seguinte, foi os dois (sic) casos: foi Ministério Público que foi para cima, a CPT acompanhando, veio o pessoal dos Direitos Humanos, acho que teve um deputado aí que no outro dia ele tava (sic) aqui já e a imprensa em cima que divulgou e deu essa repercussão para o que aconteceu. Porque se não fosse, não tinha virado nada, era a mesma coisa de ter matado um porção lá no mato, jogado lá e enterrado. Aí foi que eles vieram, fizeram a perícia e comprovou que foi um massacre. Mas se não tivesse, por exemplo, a CPT, essas organizações, a imprensa e o pessoal dos Direitos Humanos não tinha virado nada, tinha sido uma coisa que era (sic) bandido mesmo. (Entrevista com trabalhador rural que é liderança da associação do assentamento, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Em ambos os casos, tanto no Massacre do Quilombo de Iúna, quanto no de Pau d’Arco, as pessoas entrevistadas reforçam que essas chacinas estão ligadas a processos que se arrastam historicamente há pelo menos 500 anos no Brasil. A ausência de apuração e investigação, comum em ambos os casos, são indicativos da negligência estatal diante da responsabilidade de interromper esses conflitos e a decisão de manter essa fragilidade e insuficiência em relação ao direito de acesso à terra. As origens desses conflitos estão vinculadas a processos de concentração de terra, os desrespeitos aos direitos das populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outras comunidades tradicionais que vivem e lutam pela permanência nas terras. Esse cenário evidencia como as soluções para os conflitos agrários precisam ser estruturais e passar, necessaria-

mente, por processos democratização do acesso à terra, que incluam reforma agrária e políticas de redistribuição

Então, a solução é um problema bem complexo porque passa por algumas mudanças necessárias que infelizmente nesses 500 anos de história do Brasil nunca percebemos, por exemplo, a democratização do acesso à terra, a efetivação de uma verdadeira política de reforma agrária, o respeito à demarcação e a garantia dos territórios das comunidades, povos indígenas, comunidades tradicionais e a mudança de um modelo de desenvolvimento pro campo, não centrada apenas nos interesses do grande capital. Só que por vivermos em um país essencialmente capitalista em que o modelo do agronegócio é o modelo privilegiado pro campo, estamos longe de ter uma solução para o problema. Os conflitos decorrem dessas causas históricas. (Entrevista com advogado que atuou no caso, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Então, para mim, o que viria a sanar esses conflitos seria o Estado brasileiro fazer essa redistribuição de terra e transferir a terra de fato para quem precisa trabalhar, as fazendas que estão sem função social, essas grandes áreas de terra, que daqui a pouco se transformam numa área de invasão, de conflito e de disputa. Se o Estado resolve transferir isso de forma orgânica, isso diminui o risco dos conflitos. (Entrevista com ativista pelos Direitos Humanos, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Avaliar esse processo dos conflitos com a estruturação da política nacional e pensar porque a gente tem ainda esses crimes depois de 21 anos se repetindo e por que a gente não conseguiu desse espaço de 14 anos de governo progressista mudar a legislação, alterar a legislação ou garantir a distribuição de terras pros menores. A gente não conseguiu nem sequer barrar um grande projeto que foi colocado no nosso meio para causar transtorno, então a gente precisa pensar. As organizações são chamadas hoje a pensar como que a gente consegue mudar essa dinâmica que está posta e reverter

esse processo dos conflitos fundiários, dos conflitos agrários, no Estado do Pará assim como em outras regiões do Brasil, acho que é isso. (Entrevista com ativista pelos Direitos Humanos, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

## À guisa de conclusão

Estes casos ocorridos nas regiões Norte e Nordeste do Brasil impõem ao debate público sobre economia, agricultura e desigualdade a reflexão de como os problemas das regiões desenvolvidas chegam aos interiores antes do próprio desenvolvimento. As cadeias de comércio de substância criminalizadas, a dinâmica que é muitas vezes associada a esta cadeia alcançam e produzem formas de assujeitamento de dominação das quais as chacinas são um expediente constitutivo.

Pensar a violência no campo é pensar em como determinados sujeitos são abordados e vistos pelo sistema como matáveis. A política de drogas e a ideologia da guerra às drogas têm produzido isso historicamente sobre as periferias das cidades e agora ela avança sobre o campo. A razão colonial que moldou a distribuição de terras no Brasil, que organizou a cidade, está agora renovada pelo discurso da guerra às drogas e esta alcança os interiores.

Esta estrutura organiza instituições sociais as mais diversas. Forma policiais, engaja juízes, produz “justiça”, envia os meios de comunicação, cria interpretações, moldam subjetividades, mobiliza a política e cria oficialidades. Resta aos movimentos sociais o papel da contranarrativa e à crítica emancipatória a reelaboração da narrativa oficial. Nosso papel é dar visibilidade a isso a partir da amplificação das vozes que o poder hegemônico calou.

## Referências

- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo* [recurso eletrônico]. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2021-. ISSN 1676-661X. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4371-conflitos-no-campo-brasil-2017>. Acesso em: 24 fev. de 2025.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Massacre de Pau d'Arco: sete anos de impunidade, sete anos fazendo vítimas. Disponível em: <https://cimi.org.br/2024/05/massacre-de-pau-darco-sete-anos/>. Acesso em: 25 fev. de 2025.
- JUNQUEIRA, D. Investigações da chacina de Pau d'Arco, no Pará, foram encerradas sem apontar mandantes. Repórter Brasil. 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/investigacoes-da-chacina-de-pau-darco-no-para-foram-encerradas-sem-apontar-mandantes/>. Acesso em: 25 fev. de 2025
- RIBEIRO, F; FERREIRA, L. “Cabanagem: o levante revolucionário negro que tomou o poder em 1835”. Alma Preta, 2021. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/janeiro-marcou-os-186-anos-da-revolucao-cabana>. Acesso em: 24 fev. de 2025



# O Massacre de Pau d'Arco

*Dandara Rudsan*

## Introdução

Pau d'Arco, município localizado no Estado do Pará, é uma região que há décadas tem sido palco de intensos conflitos agrários. Esses conflitos envolvem disputas pela terra, recursos naturais e direitos territoriais, com raízes históricas profundas que remontam aos primeiros ciclos econômicos da Amazônia brasileira.

A história de Pau d'Arco está intrinsecamente ligada aos ciclos econômicos que moldaram a Amazônia ao longo dos séculos. Durante o ciclo da borracha, no final do século XIX e início do século XX, a região experimentou uma efêmera prosperidade devido à produção de látex. No entanto, com a decadência desse ciclo, muitos seringueiros abandonaram suas terras, abrindo espaço para a expansão da pecuária e agricultura. Um dos principais fatores de conflito em Pau d'Arco foi a questão da posse de terras devolutas, aquelas que pertenciam ao Estado, mas que foram ocupadas por assentados e pequenos agricultores ao longo do tempo. A ausência de uma regularização fundiária adequada resultou em disputas constantes, com grandes proprietários de terras, grileiros e empresas agropecuárias que sempre buscaram ampliar seus domínios sobre essas áreas.

A partir da década de 1970, os conflitos pela terra em Pau d'Arco tornaram-se mais frequentes e violentos. Grupos armados, conhecidos como 'pistoleiros', eram frequentemente contratados por grandes latifundiários para desalojar posseiros e ocupantes de terras. Isso culminou em inúmeras mortes e episódios de violência extrema. Paralelamente aos conflitos violentos, surgiram movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTRST), que passaram a organizar ocupações de terras e pressionar o governo por políticas de reforma agrária. Esses movimentos desempenharam um papel fundamental na denúncia das injustiças sociais e na busca por soluções para os conflitos agrários em Pau d'Arco. Um dos eventos mais trágicos na história de conflitos agrários no local ocorreu em 2017, quando uma operação policial resultou na morte de dez pessoas na Fazenda Santa Lucia. Esse episódio, sobre o qual nos dedicaremos neste capítulo, chamou a atenção nacional e internacional para a violência no campo e reforçou a necessidade de uma abordagem mais eficaz para resolver os conflitos fundiários.

O histórico de conflitos agrários em Pau d'Arco é um exemplo marcante das tensões e desafios enfrentados na região amazônica. Os ciclos econômicos, a disputa por terras devolutas e a violência exacerbaram os conflitos ao longo dos anos. No entanto, também surgiram movimentos sociais e uma maior sensibilização sobre a necessidade de reforma agrária e justiça no campo.

## Visão geral sobre o caso

O massacre de Pau d'Arco na Fazenda Santa Lúcia é um triste episódio da história brasileira que ocorreu em 24 de maio de 2017. Esse incidente envolveu um conflito entre trabalhadores rurais sem-terra e a Polícia Militar do estado, resultando em dez mortes. O evento ganhou grande atenção da mídia e levantou debates sobre questões agrárias, direitos humanos e a violência no campo. De acordo com ativistas locais,

que atuaram diretamente no caso, este não foi apenas um mero conflito, mas sim uma ação planejada do Estado brasileiro, que cometeu deliberadamente um atentado contra a vida de trabalhadores e trabalhadoras rurais que reivindicaram historicamente o direito, que por meio de ações e omissões, foram vítimas de uma sequência de injustiças que levaram ao massacre. (CIEDH, 2017, p.1)<sup>1</sup>.

Tem algumas formas de análise, mas eu gosto sempre de trazer a seguinte reflexão: a chacina foi um ato planejado, aquela execução foi um ato planejado. Ele é um ato criminoso por parte do Estado brasileiro e a gente fala isso analisando os agentes envolvidos. Ele é um ato de omissão do Estado brasileiro quando, ao mesmo tempo, não utiliza dos meios cabíveis para determinar o que são áreas de conflito e legalizar o espaço de posse para quem de fato tem direito a ele. (Entrevista com ativista pelos Direitos Humanos, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

A Fazenda Santa Lúcia era alvo de disputas de terras há anos. A área foi considerada como terra devoluta pelo Estado, o que significa que estava sujeita à reforma agrária. No entanto, a fazenda estava ocupada por um grupo de trabalhadores rurais que reivindicaram legitimamente possuir direitos à terra por meio da posse. Essa disputa fundiária tornou-se um ponto crítico na região, sendo a Fazenda Santa Lúcia o epicentro de uma disputa de terras que se arrastava há anos. (MARTIN, 2017).

Quando os companheiros ainda estavam aqui, bem do início, tinha até gravado, mas sempre os pessoal (sic) falava. Teve uma vez que o pessoal

<sup>1</sup> CIEDH – Centro de informações sobre Empresas e Direitos Humanos. Brasil: Massacre de Pau d'Arco é segunda maior chacina no campo em 20 anos; conflito envolve camponeses, Fazenda Santa Lúcia, segurança privada & órgãos públicos. Artigo Eletrônico. Disponível em: <https://www.business-humanrights.org/pt/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/brasil-massacre-de-pau-darco-%C3%A9-segunda-maior-chacina-no-campo-em-20-anos-conflito-envolve-camponeses-fazenda-santa-l%C3%BAcia-seguran%C3%A7a-privada-%C3%B3rg%C3%A3os-p%C3%BAblicos-empresa-comenta/>. Acesso em: 14/08/2023.

chegou aqui e disse que nem que eles fizesse (sic) uma chacina. Eu não tava (sic) no momento não, mas os companheiros aqui depois repassaram para nós, aqui debaixo do pé de manga, mas que aqui ninguém ficava não, nem que eles matasse um bocado, mas sempre já tinha tido isso. E outra que o pessoal já tinha descobrido (sic) que eles vinham pra matar, outros não sabia que eles vinha (sic) para matar, mas eles já tinha (sic) falado que nem que eles fizesse uma chacina, mas que não ficava ninguém. (Entrevista com trabalhador rural do assentamento, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

Enquanto os trabalhadores rurais alegavam ter direitos à terra por meio da posse, o proprietário da fazenda reivindicava a propriedade (CPT, 2022)<sup>2</sup>.

Olha, os conflitos estão ligados a muitas causas: a concentração da terra, a questão da ausência de apuração dos crimes que ocorrem no campo, desrespeito aos Direitos Humanos, principalmente das populações indígenas, posseiros, ribeirinhos ou outros povos que vivem e fazem a luta pela permanência na terra. Então, assim, são várias causas, não preciso apontar uma única causa, mas a principal delas é o processo histórico de concentração da terra. (Entrevista com advogado que atuou no caso, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

É mister salientar que ao analisarmos o massacre de Pau d'Arco a partir da óptica do filósofo político Frantz Fanon, em sua obra intitulada *Os condenados da Terra* (1968)<sup>3</sup>, percebemos a influência das relações de poder com a violência presentes nos processos de colonização. Fanon argumenta que o processo colonizador não apenas explora economicamente os povos colonizados, mas também os subjuga psico-

---

<sup>2</sup> CPT – Comissão Pastoral da Terra. “Massacre de Pau D’arco: 05 anos de impunidade”. Artigo Eletrônico. 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/massacres/6052-massacre-de-pau-d-arco-05-anos-de-impunidade>. Acesso em: 15/08/2023.

<sup>3</sup> Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra*, 2018.

logicamente, impondo uma inferioridade e uma alienação que servem para justificar a dominação. No caso do massacre, podemos observar essa dinâmica de poder entre os fazendeiros, representantes do sistema econômico dominante, e os trabalhadores rurais, historicamente marginalizados e oprimidos.

No dia do ocorrido, uma operação policial foi realizada com o objetivo de desocupar a fazenda. A Polícia Militar alegou que estava cumprindo um mandado judicial, enquanto os trabalhadores rurais afirmaram que a ação foi violenta e arbitrária. Houve relatos de que os policiais invadiram o acampamento dos ocupantes e abriram fogo, resultando em 10 mortes, sendo nove homens e uma mulher (ARANHA, 2021)<sup>4</sup>.

Eles dormiram ali na matinha, quando foi de madrugada o pessoal escutou porta batendo né, aí eles falaram “vai lá ver o que foi”, diz que tava (sic) muita polícia. [...] Só que lá tava (sic) um matagal bem grande, já era mais ou menos dia, já tava (sic) clareando, mas tava (sic) embaçado porque tava (sic) mormaço cedo né. [...] Aí diz que o Fernando que ficou mais próximo escutou os tiros, os cara chegou (sic) já atirando. (Entrevista com trabalhador rural do assentamento, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

Ao revisitarmos o *modus operandi* das forças policiais neste caso, percebemos o alto grau de desumanização com que foram tratadas as famílias assentadas. Fanon (1968) destaca a desumanização dos colonizados pelos colonizadores, que os tratam como ‘condenados da terra’, sendo privados de seus direitos e sendo tratados como inferiores, pelo simples fato de lutarem por direitos legítimos ligados à terra. Esse processo de desumanização é evidente no tratamento dado aos trabalhadores rurais em Pau d'Arco, que foram brutalmente assassinados nesta ação que

---

<sup>4</sup> Ana Aranha, “Testemunha da chacina de Pau D’arco relatou ameaças da polícia antes de ser assassinado”. Artigo Eletrônico. Repórter Brasil. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/02/testemunha-da-chacina-de-pau-darco-relatou-ameacas-da-policia-antes-de-ser-assassinado-2/>. Acesso em: 15/08/2023.

visava reprimir um movimento de ocupação legítima da terra, sendo que a violência empregada contra esses trabalhadores, demonstra a total falta de consideração por suas vidas e dignidade, refletindo a lógica desumanizadora do sistema colonial.

O caso atraiu atenção tanto dentro do Brasil quanto internacionalmente. Organizações de direitos humanos, como a Anistia Internacional<sup>5</sup>, condenaram a ação policial e pediram uma investigação completa e imparcial. Muitos grupos de direitos humanos, movimentos sociais e organizações não governamentais condenaram a ação policial, alegando uso excessivo da força e falta de diálogo nas negociações de desocupação. (ARANHA, 2021).

Este é considerado o pior massacre por conflito agrário desde a chacina de Eldorado do Carajás, em 1996, na mesma região, quando tropas da PM mataram 19 pessoas que participavam de uma marcha pacífica do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra. 21 anos depois, apenas dois PMs foram responsabilizados. A violência no campo pela disputa de terras massacra dezenas de trabalhadores ano após ano. (MAIRA, 2017).

## Repercussão do caso

O massacre desencadeou uma intensa repercussão e provocou debates acalorados em todo o Brasil. Os eventos que se seguiram ao trágico confronto entre trabalhadores rurais sem-terra e a Polícia Militar do Pará ecoaram por muito tempo, gerando controvérsias profundas. Havia posições contrastantes sobre a justificativa para a ação policial, o uso da força, a falta de diálogo e negociação, e a impunidade dos responsáveis. Segundo o advogado entrevistado, Dr. Batista (2023), “Foi feita uma mobilização das organizações de direitos humanos para que a Polícia Federal pudesse investigar, considerando que os acusados das

---

<sup>5</sup> <https://g1.globo.com/mundo/noticia/anistia-internacional-aponta-que-58-defensores-de-direitos-humanos-foram-mortos-em-2017-no-brasil.ghtml>

mortes eram policiais civis e militares”. Essas controvérsias alimentaram debates políticos e jurídicos em todo o país, ressaltando questões fundamentais relacionadas a direitos humanos, conflitos agrários e o papel do Estado na resolução de disputas fundiárias (MARTIN, 2017)<sup>6</sup>.

Foi um caso que alcançou uma repercussão bastante grande à época, por se tratar de uma região onde ocorreram a maioria das chacinas de camponeses no Brasil. É uma região onde, em 1996, já tinha acontecido outro massacre, foi o Massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados também por uma ação da Polícia Militar. Então, em razão disso o caso acabou ganhando uma repercussão nacional e até extrapolou um pouco os limites do território nacional, o caso realmente teve uma grande repercussão. (Entrevista com advogado que atuou no caso, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

O fato dividiu a opinião pública em relação à sua justificativa e às ações tomadas pelas autoridades. As controvérsias mais proeminentes incluíram:

## Uso da Força

Enquanto alguns alegaram que a ação policial era necessária para fazer cumprir a ordem judicial de despejo, outros argumentaram que houve um uso excessivo e desproporcional da força por parte da Polícia Militar. Relatos de testemunhas afirmaram que a operação foi violenta e arbitrária. A operação policial que culminou na chacina foi caracterizada por um uso desproporcional da força. Embora a Polícia Militar tenha alegado o cumprimento de mandado, muitos observadores, movimen-

---

<sup>6</sup> Maria Martin. Chacina no Pará escancara escalada da barbárie em conflitos agrários no Brasil. Jornal EL País. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/25/politica/1495737149\\_649329.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/25/politica/1495737149_649329.html) Acesso em: 19/08/2023.

tos sociais e organizações internacionais, questionaram a necessidade de uma resposta tão agressiva e letal. (MARTIN, 2017)<sup>7</sup>.

Em relação a esta agressividade do Estado ao realizar esta ação por meio das forças policiais, Mbembe (2018)<sup>8</sup> argumenta que a necropolítica é uma forma de poder que não apenas regula a vida, mas também dita quem pode ser morto, transformando certas vidas em descartáveis. No caso de Pau d'Arco, vemos como a lógica do Estado se manifesta na violência perpetrada contra os trabalhadores rurais sem-terra, que lutavam por direitos legítimos de acesso à terra. O massacre evidencia a ação do Estado como agente de morte, que utiliza a força letal para reprimir movimentos sociais e manter estruturas de poder vigentes, pois a forma como os corpos dos trabalhadores rurais foi tratada após o massacre também reflete essa lógica, com indícios de execuções sumárias e tortura.

Quando acontece uma coisa assim, existe sempre dois grupos. Um que atua criticando, péssimo, já tem que outros não, outras pessoas, outros repórter já vê (sic) a situação diferente. A situação do que aconteceu, as 10 pessoas que foi assassinada (sic) aqui, eu digo o seguinte, foi os (sic) dois casos: foi Ministério Público que foi para cima, a CPT acompanhando. (Entrevista com trabalhador rural do assentamento, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Testemunhas afirmaram que os policiais invadiram o acampamento dos trabalhadores rurais de maneira violenta e abriram fogo, resultando em um grande número de mortes. A resposta armada foi considerada excessiva para uma operação de despejo. Críticos apontaram que a Polícia Militar deveria ter considerado o uso de alternativas não letais para resolver o conflito e efetuar o despejo, especialmente considerando que se tratava

---

<sup>7</sup> Idem. “Versão do confronto para chacina no Pará caiu”, diz titular de Conselho de Direitos Humanos Após morte de dez trabalhadores rurais, secretaria diz que agentes foram recebidos a bala Missão de vários órgãos, incluindo CNDH e MPF, está no local. EL País. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/25/politica/1495737149\\_649329.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/25/politica/1495737149_649329.html) Acesso em: 19/08/2023.

<sup>8</sup> Achille Mbembe, *Necropolítica*, 2018

de uma disputa de terra. Estratégias de negociação, mediação e diálogo poderiam ter sido empregadas para evitar o uso de armas de fogo, reduzindo assim o risco de fatalidades. A tragédia também levantou questões sobre o treinamento e a preparação dos policiais envolvidos na operação.

Concluíram-se as investigações e dos 29 policiais que participaram da operação, 17 deles foram denunciados pelo Ministério Público e aberta a ação penal para investigar a participação de cada um deles nos homicídios. O processo concluiu, é só caso de instrução, dos 17 denunciados, 16 foram pronunciados e atualmente o processo encontra-se em grau de recurso no Tribunal de Justiça do Estado. (Entrevista com advogado que atuou no caso, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

O uso inadequado de armas de fogo em um ambiente sensível como uma disputa de terra destaca a importância do treinamento adequado para situações de alto risco, enfatizando a necessidade de evitar o uso indiscriminado da força. (MARTIN, 2017, p.1).

Aí foi que eles vieram, fizeram a perícia e comprovou (sic) que foi massacre. Mas se não tivesse, por exemplo, a CPT, essas organizações, a imprensa e o pessoal dos Direitos Humanos não tinha virado nada, tinha sido uma coisa que era bandido mesmo. Aí depois que veio a perícia, que foi comprovado que tinha sido massacre, que chegaram atirando, matando e outros eles mataram depois. Tanto que teve um dos fiscais aqui da associação, porque quase todos aqui da associação morreu (sic), ficou só o Rosenildo, que era conhecido como Negão, que ficou na liderança do acampamento depois do massacre. Aí ele foi pra (sic) Rio Maria e logo em seguida ele morreu. Ele tava (sic) no acampamento ainda, o pessoal tava (sic) ali fora, no corredor, acampado. Recente mesmo, logo naquela bagunça, ele foi assassinado em Rio Maria. (Entrevista com trabalhador rural do assentamento, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

## Impacto Político

A chacina mobilizou movimentos sociais ligados à luta pela reforma agrária e aos direitos dos trabalhadores rurais. Esses grupos passaram a pressionar o governo e as autoridades para garantir justiça às vítimas e suas famílias. O evento também uniu diferentes movimentos em torno de uma pauta comum de reforma agrária e justiça social. Questões que envolvem o caso de Pau d'Arco foram discutidas no Congresso Nacional, com legisladores de diferentes partidos pedindo uma investigação completa e imparcial. Houve debates sobre a necessidade de reformas nas políticas de reforma agrária e de uma abordagem mais cuidadosa para a resolução de conflitos fundiários. A questão agrária se tornou um tema central na agenda política, com diferentes partidos e grupos de interesse defendendo abordagens divergentes (BARBIERI, 2019, p.1)<sup>9</sup>.

[...] muito felizmente nós temos organizações que de imediato se mobilizaram e foram para região para acompanhar de perto as investigações. E mesmo que a gente tenha deputados e vereadores que estão no Poder Legislativo, nós tivemos também na Assembleia Legislativa do Pará, a Comissão de Direitos Humanos que foi muito importante nesse momento, mesmo os membros sendo ameaçados, eles foram para ali, acompanharam todo o processo de investigação, acompanharam toda a área, todo terreno envolvido no processo de execução por onde as pessoas foram executadas, para comprovar que não havia sido um confronto [...] E que mesmo que as pessoas se coloquem em risco, elas não se omitem de ir buscar essas informações que foi o caso da Comissão de Direitos Humanos da Alepa, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, que os membros vieram para o Pará e ficaram o tempo necessário para acompanhar as investigações para que tudo pudesse ser trazido à tona, as informações de verdade, mesmo com os policiais negando o que havia ocorrido de fato na área nós tivemos

---

<sup>9</sup> Gisele Barbieri, “Dois anos do Massacre de Pau d'Arco.” Terra de Direitos. Artigo Eletrônico. 2019. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/dois-anos-do-massacre-de-pau-darco/23082>. Acesso em: 10/09/2023.

a possibilidade de contar com essas organizações nesse sentido de trazer a verdade. (Entrevista com advogado que atuou no caso, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

A chacina levantou questões sobre como o Estado está lidando com essas questões e se está garantindo o acesso justo à terra para os trabalhadores rurais, revelando um cenário no qual estamos distantes de alcançar a justiça ambiental, racial e de moradia que almejamos, principalmente no que diz respeito à região amazônica, onde a reforma a utopia da reforma agrária avança a passos lentos. (CPT, 2022, p.1).

Então, a solução é um problema bem complexo porque passa por algumas mudanças necessárias que infelizmente nesses 500 anos de história do Brasil nunca percebemos, por exemplo, a democratização do acesso à terra, a efetivação de uma verdadeira política de reforma agrária, o respeito à demarcação e a garantia dos territórios das comunidades, povos indígenas, comunidades tradicionais e a mudança de um modelo de desenvolvimento pro campo, não centrada apenas nos interesses do grande capital. Só que por vivermos em um país essencialmente capitalista em que o modelo do agronegócio é o modelo privilegiado pro campo, estamos longe de ter uma solução para o problema. Os conflitos decorrem dessas causas históricas. (Entrevista com advogado que atuou no caso, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Importante destacar, acerca das manifestações que seguiram, Fanon (1968) aborda a necessidade de resistência e luta por parte dos colonizados para alcançar a libertação, defende a necessidade de uma revolução violenta para romper com as estruturas coloniais e construir uma nova sociedade baseada na igualdade e na justiça. No contexto do massacre, a resistência dos trabalhadores rurais em ocupar a terra e lutar por seus direitos representa um exemplo de forma de resistência contra a opressão e a exploração, trazidas por Fanon em sua obra.

## As questões fundiárias trazidas pelo massacre

O massacre de Pau d'Arco serviu como um lembrete sombrio das complexidades e desafios associados à questão fundiária no Brasil. Ele destacou a necessidade de um maior envolvimento do Estado na resolução de conflitos agrários e no estabelecimento de um diálogo construtivo com as partes envolvidas. Além disso, reforçou a importância da transparência e da responsabilização nas operações policiais, especialmente em contextos sensíveis como conflitos de terra (BARBIERI, 2019).

Em relação a estas questões históricas, Mbembe (2018) traz a reflexão sobre as relações de poder e colonialismo subjacentes a esses conflitos, sendo a violência perpetrada contra os trabalhadores rurais um dos principais padrões históricos de opressão e exploração que têm suas raízes no colonialismo e na busca por recursos socioambientais. Sendo assim, a partir destes elementos, podemos compreender não apenas como a violência estatal é exercida sobre corpos marginalizados, mas também como ela está enraizada em estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a injustiça social.

O Ministério Público, é que nem eu falo que são por grupo, teve umas pessoas do Ministério Público que atuou (sic) bem na situação. Agora do governo, eu achei um pouco descaso do governo, tanto estadual quanto federal, péssimo. Tanto que eu lembro do caso de uma vizinha nossa, que dois filhos dela morreram no massacre, morava de frente em casa. Ela era doente, fazia aquele negócio de tirar sangue, hemodiálise. E aí ela usava cadeira de rodas, tinha as pessoas que cuidavam dela, às vezes ela ligava pra minha esposa cuidar dela, fazer um chá. E ela tipo morreu à míngua. (Entrevista com trabalhador rural do assentamento, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

O episódio resultou em investigações e julgamentos posteriores. Alguns policiais envolvidos na operação foram indiciados e julgados por homicídio. A tragédia também aumentou a pressão por uma reforma

agrária mais eficaz no Brasil, bem como a necessidade de se abordar questões de conflito de terras e violência no campo (CPT, 2022).

Em relação à atuação do Poder Executivo, teve a decisão de liberação da Polícia Federal para presidir o inquérito que apurou crime, isso foi uma decisão importante. Então, essa responsabilidade do governo, do Poder Executivo, foi uma decisão importante para esclarecimento do crime. O Judiciário, nesse caso, cumpriu bem o seu papel. O caso tramitou por se tratar de um crime que envolvia várias vítimas e números acusados, então, geralmente, de tramitação demorada. Mas nesse caso específico, a tramitação foi dentro dos padrões de um caso dessa natureza. Então, a atuação do Poder Judiciário, do Ministério Público, foi uma atuação célere, considerando os outros casos em que nós acompanhamos aqui, enfim, chacina de processos que levaram 15 anos, 20 anos para serem concluídos, então comparando com outros casos foi um caso de atuação até célere. (Entrevista com advogado que atuou no caso, realizada em janeiro de 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

Em resumo, o caso da Fazenda Santa Lúcia é um evento trágico que destaca as tensões existentes no Brasil em relação à questão da reforma agrária, direitos dos trabalhadores rurais e o uso da força policial em conflitos fundiários. Ele permanece como um lembrete das complexas questões sociais e políticas que cercam a posse da terra no país, nos lembrando que o Estado desempenha um papel fundamental nas questões fundiárias, seja na distribuição de terras devolutas para a reforma agrária, seja na mediação de conflitos fundiários. A chacina levantou questões sobre como o Estado está lidando com essas questões e se está garantindo o acesso justo à terra para os trabalhadores rurais. (ARANHA, 2022).

## Considerações finais

Percebemos que tudo o que envolve o caso estudado, está intrinsecamente relacionado às questões fundiárias locais, regionais e nacionais,

destacando os desafios e as tensões que cercam a posse da terra no país. O evento ressaltou a necessidade de políticas agrárias mais eficazes, resolução pacífica de conflitos e a proteção dos direitos das comunidades rurais e permanecendo como um episódio trágico na história do Brasil, reforçando a importância contínua de abordar questões de terra, justiça e direitos humanos de maneira cuidadosa e equitativa.

Ao analisarmos o caso, percebemos claramente a necessidade de uma reflexão coletiva profunda sobre os desafios enfrentados no Brasil em relação à questão agrária, aos direitos dos trabalhadores rurais e à violência no campo, pois este evento trágico serve como um lembrete doloroso das complexidades sociais, políticas e históricas que permeiam a posse da terra no país, trazendo à tona questões urgentes sobre o papel do Estado na resolução de conflitos fundiários e na promoção da justiça social, destacando a necessidade de uma abordagem mais cuidadosa e transparente por parte das autoridades, tanto na condução de operações policiais em contextos sensíveis quanto na mediação de disputas territoriais.

Além disso, o evento despertou debates sobre a importância da reforma agrária de fato e da democratização do acesso à terra, bem como a necessidade de proteger os direitos dos trabalhadores rurais e das comunidades camponesas, pois as vozes daqueles que lutam por justiça e igualdade no campo ecoaram em todo o país, unindo diferentes movimentos em torno de uma pauta comum de reforma agrária e direitos humanos, ressaltando a importância do ativismo e da mobilização social na busca por mudanças significativas na sociedade, destacando o papel que organizações de direitos humanos, movimentos sociais e entidades da sociedade civil desempenharam na denúncia da violência no campo e na pressão por uma investigação completa e imparcial.

No entanto, apesar das investigações e dos julgamentos posteriores, ainda há desafios a serem enfrentados, como o fantasma da impunidade e a morosidade do sistema judicial. São questões que persistem, assim

como a necessidade de uma abordagem mais ampla e estrutural para resolver os conflitos fundiários no Brasil. Em última análise, o massacre de Pau d'Arco nos lembra da urgência de se construir uma sociedade justa e socioambientalmente igualitária, onde o acesso à terra e aos recursos naturais seja garantido a todos, e a violência e a opressão no campo permaneçam apenas na história, pois este evento sombrio deve servir como um chamado à ação para todos aqueles que buscam uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Por último, resgatando derradeira vez o filósofo Frantz Fanon (2018), ao estudarmos o caso deste massacre, podemos compreender as dinâmicas de poder, violência e resistência presentes no episódio, bem como refletir sobre as formas de luta necessárias para superar as estruturas coloniais e alcançar a justiça social.

## Referências

- ARANHA, Ana. “Testemunha da chacina de Pau d'Arco relatou ameaças da polícia antes de ser assassinado”. *Repórter Brasil*. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/02/testemunha-da-chacina-de-pau-darco-relatou-ameacas-da-policia-antes-de-ser-assassinado-2/>. Acesso em: 15/08/2023.
- BARBIERI, Gisele. “Dois anos do Massacre de Pau d'Arco”. *Terra de Direitos*. 2019. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/dois-anos-do-massacre-de-pau-darco/23082>. Acesso em: 10/09/2023.
- CIEDH – Centro de informações sobre Empresas e Direitos Humanos. “Brasil: Massacre de Pau d'Arco é segunda maior chacina no campo em 20 anos; conflito envolve camponeses, Fazenda Santa Lúcia, segurança privada & órgãos públicos”. Disponível em: <https://www.business-humanrights.org/pt/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/brasil-massacre-de-pau-darco-%C3%A9-segunda-maior-chacina-no-campo-em-20-anos-conflito-envolve-camponeses-fazenda-santa-l%C3%BAcia-seguran%C3%A7a-privada-%C3%B3rg%C3%A3os-p%C3%BAblicos-empresa-comenta/>. Acesso em: 14/08/2023.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. “Massacre de Pau d'Arco: 05 anos de impunidade”. 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/massacres/6052-massacre-de-pau-d-arco-05-anos-de-impunidade>. Acesso em: 15/08/2023.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. São Paulo: Zahar, 2018.
- MARTIN, Maria. “Chacina no Pará escancara escalada da barbárie em conflitos agrários no Brasil”. *Jornal El País*. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/25/politica/1495737149\\_649329.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/25/politica/1495737149_649329.html) Acesso em: 19/08/2023.

## 84 Chacinas e conflitos agrários

MARTIN, Maria. “Versão do confronto para chacina no Pará caiu’, diz titular de Conselho de Direitos Humanos após morte de dez trabalhadores rurais, secretaria diz que agentes foram recebidos a bala Missão de vários órgãos, incluindo CNDH e MPF, está no local”. *El País*. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/25/politica/1495737149\\_649329.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/25/politica/1495737149_649329.html) Acesso em: 19/08/2023.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: EdLab Press Editora Eirelli, 2018

## Os condenados das águas negras: o enterro dos filhos de Iúna nas profundezas da terra ou sua expulsão

Claudio Dourado de Oliveira

*“Desperto um belo dia no mundo e me atribuo um único direito: exigir do outro um comportamento humano. Um único dever: o de nunca, através de minhas opções, renegar minha liberdade” (Franz Fanon).*

**A** comunidade quilombola de Iúna é conhecida nacionalmente através do livro *Torto Arado* e também pela chacina de seis pessoas, em 2017. Situada na Chapada Diamantina – Bahia, fica numa área alagada, semelhante ao Pantanal, apresenta rica biodiversidade e um histórico ligado ao acolhimento sagrado e à servidão. Seu nome (Iúna) tem origem indígena e significa “água negra”. Os ancestrais das vítimas do massacre, chegaram ao local na seca que assolou o Nordeste em 1932. Na época, as famílias foram recebidas nas terras num método denominado ‘sistema de morada’, muito comum no Nordeste brasileiro, que substituiu o sistema escravagista. Nesse sistema, concede-se espaço de moradia para a família, com direito a pequenas roças e, como contrapartida, os novos moradores dão sua força de trabalho não remunerada ao dono da terra. Assim, os remanescentes de quilombos, ao longo dos anos, foram estabelecendo laços de parentesco e vizinhança e formando a comunidade.

Meu primeiro contato com a comunidade foi numa manhã cinzena de 17 de julho de 2017. Na noite anterior o líder da comunidade, Lindomar Fernandes Martins, foi morto com seis tiros por homens que

invadiram sua casa. Como agente da Comissão Pastoral da Terra – CPT fui acionado para documentar os dados do crime para ser publicado no caderno de conflitos que a CPT divulga anualmente. Deparei-me com casas simples de pau a pique, bem localizadas entre as flores, e nenhuma pessoa disposta a relatar detalhes do crime. Na estrada, o sangue formava uma crosta escura de chão rachado com larvas e cheiro peculiar.

Naquele momento, até a presença da polícia era difícil. Mas a rotina diária insistia em permanecer lenta e uniforme. Cheguei a visitar duas casas e a escola. Eu estava acompanhado com outra colega de trabalho e na nossa chegada as crianças pareciam assustadas, mas a professora nos recebeu e relatou os fatos necessários para serem registrados. O crime já tomava muita repercussão, por se tratar de uma comunidade quilombola e pelo contexto de violência no Estado.

Como se não bastasse, na noite de 06 de agosto de 2017, outras seis pessoas foram alvejadas a queima-roupa, dentro de casa, na própria comunidade. Entre as vítimas da chacina, cinco eram da mesma família. Valdir Pereira Silva e Amauri Pereira Silva eram irmãos e estavam com o tio Marcos Pereira Silva e os primos Adeilton Brito de Souza e Cosme Rosário da Conceição. Apenas Gildásio Bispo das Neves não tinha nenhum parentesco com os demais, mesmo sendo quilombola e descendente da comunidade.

De lá para cá a presença do Estado se manifesta de diversas formas, mas com ações desvinculadas. “Aqui estão dois filhos meus [expostos na fotografia] que se foram e mais um neto, os assassinos vieram e não escolheu quem sim e quem não, mataram inocentes, trabalhadores, pais de família!”, relata Dona Jandira Santos Pereira, mãe de dois jovens assassinados.

Com o território de 1.410,06 hectares, ainda indefinido, as 39 famílias cadastradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) sofreram grandes mudanças imediatas, como o processo de retirada em massa, acarretando no quase esgotamento da comunidade. O que seria a morte, muito além dos que se foram.

Figura 1: Dona Jandira com seus filhos



Foto: Arquivo da CPT (2022).

Diante de tal situação o Ministério Público Federal de Irecê (MPF) emite uma recomendação para os esforços conjuntos entre Polícia Federal (PF) e Polícia Militar (PM) para a imediata retomada das aulas e apoio do Estado na logística necessária para o retorno das famílias, além do auxílio terapêutico de caráter psicológico/psiquiátrico aos moradores da comunidade.

Insensivelmente, casos específicos se justificam pelo senso comum, como uma regra geral, confirmando o registro por Itamar Vieira Junior em *Torto Arado*.

Pareceu, durante um breve período, que as coisas haviam mudado, talvez houvesse justiça para o que havia ocorrido. Iriam investigar a morte de um homem simples como investigariam a morte de um fazendeiro ou de qualquer homem poderoso da cidade. Mas, algumas semanas depois, surgiu a notícia de que o inquérito havia sido concluído. Que haviam descoberto um plantio de maconha numa área próxima aos Marimbus. Que Severo havia sido morto numa disputa do tráfico de drogas na região (2020, p. 207).

Na versão da justiça pelo menos dois já tinham passagem pela polícia, mas outros eram inocentes. Mesmo assim, os magistrados e a própria sociedade relacionam os crimes ao problema do tráfico. Ao comentar o caso, o coordenador de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro da Fundação Cultural Palmares da época, Tiago Cantalice, declarou que o problema do tráfico de drogas em áreas quilombolas no país “é algo muito pontual. Quase não vemos esse tipo de problema”, comentou. Na época, dois homens e uma mulher suspeitos de ligação com os homicídios foram presos e outros sete entraram na lista de procurados, incluindo o mandante dos assassinatos, um comparsa e os cinco executores do crime.

Numa tendência geral, o caso apresenta o racismo como fator preponderante na ocorrência dessas mortes, tomando como estratégia para tal a invisibilização da raça/cor das vítimas e a introdução de características que buscam justificar as vitimizações. Dessa forma, nas ações da justiça há uma ausência da discussão racial e da sobrevivitização de pessoas negras como uma violência racial, além de uma forma de reportar que desumaniza e reforça estigmas raciais de grupos e territórios violados; a imediata adesão à narrativa sobre os casos fornecida por agentes de segurança, sem muitas vezes considerar incluir nas reportagens outras versões, como a de familiares, ativistas, especialistas e moradores dos territórios afetados; por fim, um discurso condenatório motivado por “conflito entre facções criminosas” em disputa por território para “tráfico de drogas” (SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019). Esses três atributos ao fato despertam no senso comum a visão do Estado como legitimador da violência, quando não praticante. Dessa forma, o Estado ganha o aval social para matar.

Vale ressaltar que a localização privilegiada da comunidade coloca Iúna numa das regiões mais estratégicas para especulação imobiliária. Ao tempo que muitas famílias migram, muitas novas casas são erguidas por pessoas de fora. Com solos férteis, água e uma natureza exuberante as casas de campo mudam as estruturas visuais e de poder, reforçando

o mito de retorno à natureza<sup>1</sup>, uma tendência de desterritorialização vigorante na chapada Diamantina.

Figura 2: Vista panorâmica de lúna



Foto: Arquivo da CPT 2022.

Essa prática de abrir loteamentos em pontos estratégicos não evidencia um processo de consciência ecológica e reforça a expressão do atual *status* de fuga das abarrotadas cidades para viver em espaços rurais, reproduzindo as mesmas condições das áreas que se escapa. Cenário de ação política que se situa os recursos da natureza como meras mercadorias, consolidando práticas ecocidas globais em um mito totalizante.

Como uma tragédia anunciada, durante visita de campo do Incra, realizada no período de março a abril de 2016, foi narrado que houve

<sup>1</sup> Partiendo de la consideración de que el mito es un referente, no sólo del pasado, sino que se encuentra presente en la civilización contemporánea, que es además el actual sistema-mundo capitalista globalizado, el espacio privilegiado para la producción simbólica y que, cada vez más se evidencia un proceso de mitificación del presente (Guerrero Arias, 2010 p. 198).

um assassinato nas proximidades e um tiroteio onde uma vítima foi atingida e internada em estado grave. Esses episódios estavam sendo atribuídos a ocupantes não quilombolas, que estavam dentro do território pleiteado pela comunidade, dada a venda de lotes por membros da comunidade. No relato ao Incra, os moradores afirmam que esses ocupantes eram bastante perigosos, mas encontravam-se “foragidos”. No entanto, deixou seu lote em posse de outrem.

Existia uma apreensão por parte dos moradores que estavam se sentindo bastante inseguros e por conta dessa sensação já haviam procurado a polícia que, segundo relato do Incra, nada fez. Diante disso, o órgão federal reportou o caso à Delegacia Agrária na perspectiva de demandar ações especializadas e rondas na região. Em resposta, a Ouvidoria Agrária Regional solicitou do Serviço e Regularização de Territórios Quilombolas que membros da comunidade comparecessem no referente órgão para uma oitiva.

Na ocasião do primeiro assassinato, do senhor Lindomar Fernandes Martins, em 16 de julho de 2017, pouco mais de um ano da primeira denúncia, o Incra já tinha ciência da escalada da violência contra as comunidades quilombolas em todo o país e sugeria que a Superintendência Regional realizasse reunião do Comitê de Decisão Regional (CDR) com brevidade, incluindo o julgamento das contestações dos fazendeiros, para que o processo continuasse seu fluxo e não houvesse mais prejuízo para a regularização fundiária do território, nem que a insegurança jurídica em que se encontravam se estendesse por muito tempo, contrariando o disposto no art. 68 das Disposições Transitórias da Constituição.

Em 2024, no dia 27 de janeiro, em um novo atentado, a casa em que morava a presidenta da associação foi incendiada. Ela suspeita que tenha sido um ato criminoso. A polícia investiga o caso. “Foi um atentado mesmo. Eu não sei a motivação, por isso tenho medo”, diz a liderança. “Dá um nó na mente da gente. Choro de vontade de ir na minha comunidade e não posso”. Assim como narrado no desfecho do livro *Torto Arado*:

Não vamos desistir. Essa semente que Severo plantou por nossa liberdade e por nossos direitos não irá morrer. Foi um que se foi. Meu companheiro e pai de meus filhos. Mas somos muitos ainda nesta fazenda. Foi embora um fruto, mas a árvore ficou. E suas raízes são muito fundas para tentarem arrancar. Nós moramos na periferia da cidade, e lá os policiais usavam a mesma desculpa de drogas para entrar nas casas, matando o povo preto. Não precisa nem ser julgado nos tribunais, a polícia tem licença para matar e dizer que foi troca de tiro. Nós sabíamos que não era troca de tiros. Que era extermínio. (2020, p. 212).

De todos os moradores que se retiraram após a chacina, os jovens tiveram mais dificuldades em retornar. Conhecedores dessas narrativas e do empenho do Estado para estancar essa situação, a maioria desses jovens estão tentando a vida em outros centros urbanos e os poucos que insistem em permanecer na comunidade sofrem com muitas tormentas emocionais e psicológicas. Em uma breve estimativa na comunidade, verifica-se que apenas dez jovens e pelo menos metade sofre de depressão ou outros problemas psicológicos. Essa imagem do cemitério com os nomes dos jovens assassinados remete a um paradoxo entre o futuro das juventudes na comunidade e a demarcação do território.

Segundo relatos da comunidade, há 25 anos, após a morte de Seu Rosalvo, a comunidade carece de outro líder espiritual que possa assumir as responsabilidades com os Encantados que cuidam do território. O envolvimento das famílias em torno da imagem de Nossa Senhora Aparecida está se esvaindo. Enquanto isso, as soluções imediatas e milagrosas em torno do neopentecostalismo estão crescendo, principalmente entre esses jovens. “A imagem passava de casa em casa até o dia da grande procissão, dessa forma a gente visitava e celebrava com todas as famílias, hoje quase ninguém quer receber a Santa em suas residências” – relata a ex-professora da comunidade, ao afirmar a desterritorialização provocada pela onda dessa vertente do evangelismo.

Figura 3: Cemitério da comunidade quilombola de Iúna, Lençóis



Foto: CPT, 2022.

A recomendação do auxílio terapêutico de caráter psicológico/psiquiátrico aos moradores da comunidade por parte do MPF com os esforços conjuntos entre Polícia Federal e Polícia Militar, conforme relatos dos comunitários não aconteceram. Apesar disso, a população recebe apoio do Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) da comunidade Tanquinho. Contudo, o serviço não consegue responder a real necessidade das pessoas, que continuam com crises psicossociais profundas e os moradores acreditam que esses problemas estejam relacionados às questões espirituais e de sobrenatureza.

No âmbito jurídico, a comunidade tem poucas esperanças de êxito, especialmente quanto ao procedimento do caso. Segundo levantamento feito pela CPT/IPDMS, e publicado no livro *Massacres no Campo* (2024), Iúna se soma a outros 27 casos de chacina em que sequer foram localizados os processos criminais. O mesmo documento aponta as principais razões da impunidade de mandantes e executores de massacres no campo durante a Nova República, entre elas: suas temporalidades, regionalidades e territorialidades; agentes envolvidos; características dos conflitos que integram o contexto dos massacres; natureza jurídica

da terra e do território e suas principais controvérsias; e outros aspectos que permitem compreender melhor os crimes em si e suas implicações quanto à apuração de responsabilidades criminais (CPT; IPDMS, 2024).

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), em 2017, avaliou que algumas das narrativas oficiais atribuídas aos homicídios, no que diz respeito às suas causas, tendiam a isolar o fato homicídio do contexto mais amplo da disputa pelo território. Em algumas situações mapeadas, os poderes públicos têm apontado como linha investigativa da causa dos homicídios, conflitos familiares/privados ou conflitos envolvendo o tráfico de drogas. Neste último caso, veja-se o exemplo da chacina ocorrida no quilombo de Iúna, Bahia, que se caracteriza por pelo menos quatro aspectos em destaque: a certeza da impunidade; a ciência dos riscos por parte dos órgãos federais; a morosidade dos órgãos em resolver as questões agrárias e o contexto do entorno; e, por fim, a estrutura fundiária e a representação política que favorece expulsões.

## O desfecho dos conflitos e a re-existência dos condenados da terra

Ao contrário do que aparece na mídia, a chacina não foi um caso isolado de violência, mas um prolongado histórico de queixas e inseguranças, comprovadas em denúncias aos órgãos públicos, paralelo à luta pelas conquistas de políticas públicas, simplesmente porque a comunidade persistia em permanecer no território.

Iúna conseguiu a certificação de comunidade Quilombola junto à Fundação Cultural Palmares, em 06 de dezembro de 2005 (processo: 01420.002394/2005-75). Em maio de 2013, os “moradores” afirmaram seu interesse na regularização do território, mas a titulação do território por parte do Incra só foi decretada em 2015 e assinada em 2023.

Durante os sete anos (1015-2023) de julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 3239 contra o Decreto 4.887/2003, que

regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos<sup>2</sup>, o processo de titulação ficou parado. Nesse período, o rio Utinga foi tomado pela monocultura de banana e as fronteiras do agronegócio foram se aproximando. Nessa interrupção do processo, o entorno da comunidade estava sendo desmatado e o Estado estava disponibilizando um técnico agrícola e pequenos projetos produtivos espremidos nos quintais. O processo de rupturas metabólicas<sup>3</sup> estava alinhado com a política de governo.

Figura 4: Desmatamento no entorno do território de Iúna



Foto: Arquivo da CPT, 2022.

A relação com os rios é fundamental para a plena realização de suas vidas e conseqüentemente das suas atividades de trabalho que, em um cenário mais superficial, envolvem no mínimo o roçado na vazante, a

<sup>2</sup> Pedido da Casa Civil da Presidência da República ao Ministério Público Federal – MPF para que o Supremo Tribunal Federal – STF concluísse o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade que questionava a validade do Decreto presidencial 4.887/2003.

<sup>3</sup> Marx, Karl. O Capital. Livro III. [S.l.: s.n.]

pesca, e os trabalhos domésticos como a lavagem de louça e roupa no rio. Dado o lugar que os rios ocupam na vida e nos modos de trabalho dos quilombolas, não é demais afirmar que, além dessa identificação quilombola, há uma forte pertença a um modo de vida ribeirinho dada a importância que os rios têm em seus cotidianos.

Esses limites são parte da cosmografia do grupo e tomaram-se referências espaciais, em oposição às cercas e divisas que não foram erguidas por eles. Os rios indicam “os limites de suas terras”, diferentes de outras formas de separação dadas pelas propriedades em que se radicaram e onde se estabeleceram através do sistema de morada.

Enfim, em 29 de novembro de 2024 a Presidência da República, a partir do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA (D.O.U de 29/11/2024, pág. nº 5), declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola de Iúna, localizados no Município de Lençóis, Estado da Bahia. Com isso, alguns fazendeiros já fizeram contato com o Incra para efetivação da venda das suas terras, mas no cotidiano do povo não houve nenhuma mudança substancial.

Já que, como afirma Milton Santos (2001), o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

## **A geografia e as cosmovisões da comunidade de Iúna**

Tão diferente que parecia outro país, esta foi a primeira impressão que tiveram os primeiros habitantes ao chegar em Iúna, em 1932. Seguindo o percurso – rio abaixo [rio Utinga], já no encontro com o rio Santo



subsistência da pesca e do azeite de dendê, também do coco-buriti<sup>4</sup>. Além das questões econômicas, as famílias afirmam que o local é sagrado, também, pelas suas relações espirituais. A comunidade é morada de Cosme e Damião, Mãe d'água, Janaína, Santa Rita Pescadeira e Nego d'água.

Essa re-territorialização<sup>5</sup> dos camponeses em Iúna, dispersos pela seca<sup>6</sup> e pelas crises econômicas do garimpo, foi definida pela presença das fontes de água. O lugar se mostrou promissor para a sobrevivência e pelos encantados, além da influência do Jarê que define a incorporação espiritual e seu vínculo com os Filhos de Santo, no local. O Jarê permitiu que os trabalhadores e moradores estendessem o domínio do parentesco ao campo ritual. Referências como filho e filha de santo, também nomeados pelo grupo de compadrio<sup>7</sup>. O 'parentesco ritual', que se realiza no universo cosmológico do Jarê, é gerado pela própria cura, evento importante da prática.

A reciprocidade – pensada em termos da teoria do dom – é o demarcador dessas relações. É preciso acessar o dom de um curador ou raizeiro para considerar-se ou ser considerado filho ou filha de santo. O termo

<sup>4</sup> Os primeiros “moradores” de Iúna chegaram, por volta de 1932, flagelados por uma intensa seca que atingiu a Bahia e todo o Nordeste Brasileiro. No relato trazido pelo RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, era um “oásis”, com uma produção privilegiada em face de outras localidades atingidas pela estiagem. Às margens de um imenso pântano, o “Marimbus”, tão abundante em água que era possível o plantio e extrativismo nas margens dos rios e do Marimbus.

<sup>5</sup> Ao menos cinco famílias formam os núcleos daqueles que chegaram para morar e povoar, mas ao longo do tempo foram realizando alianças e efetivando o parentesco entre essas distintas famílias existentes.

<sup>6</sup> Em sua particularidade, a comunidade foi formada a partir dos fluxos migratórios provocados por um longo período de estiagem na região. Famílias advindas de Remanso, Estiva, Andaraí, Nova Redenção e Ibiquera compartilham traços e histórias semelhantes em termos de costumes, mas também na experiência de desterritorialização (Haesbaert, 2009, p. 127).

<sup>7</sup> Insere-se no espectro das relações de parentesco, nas ligações entre padrinho, madrinha e afilhado ou afilhada. Essas relações, amplamente discutidas na literatura sobre o campesinato brasileiro, com ênfase no Nordeste. O compadrio é movido em grande medida pela reciprocidade, pelo sentimento de gratidão e afeto, consolidando relações de vizinhança e amizade, ou mesmo reforçando, e ampliando, laços de parentesco consanguíneo mediante a sobreposição do sentimento de “consideração” ao sentimento de parentesco (RTID, 2015).

filho de santo surge como resultado dessa relação de troca estabelecida entre curador e doente. Essa relação de parentesco ritual, advinda das trocas estabelecidas, gera algumas obrigações para com o curador.

Dessa forma, trabalhadores de diversas localidades da região e de outros municípios vizinhos, que, atraídos pela possibilidade de trabalho e de “morada”, se estabeleceram e deram origem à comunidade de Iúna, cuja ata de autoafirmação quilombola na Fundação Palmares afirma “viemos e aqui nos unimos”. A ascendência negra e o relato difuso e genérico da escravidão surgem como sinais diacríticos, bem como as manifestações religiosas, das quais vale ressaltar a mais relevante, o culto do Jarê<sup>8</sup>.

A regularização fundiária surge da necessidade de se ter um documento cartorial que comprove o domínio das famílias sobre a terra e, dessa forma, permite acessar “projetos e programas” do governo federal e estadual para quilombolas. Historicamente, dentro das fazendas, vive-se um sistema de lealdade entre os trabalhadores e proprietários de terra, cuja essência é a possibilidade de roçar por concessão dos “donos” em troca de dias de trabalho. Como afirma Junior (2020, p. 183), em *Torto Arado*:

Poderiam construir uma tapera de barro e taboa, que se desfizesse com o tempo, com a chuva e com o sol forte. Que nunca fosse um bem durável que atraísse a cobiça dos herdeiros. Que fosse desfeita de forma fácil se necessário. Podem trabalhar, mas a terra é da família por direito. Os donos da terra eram conhecidos desde a lei de terras do império, não havia o que contestar. Quem chegasse era forasteiro, poderia ocupar, plantar e fazer da terra sua morada, cercar seu quintal e fazer a roça na várzea

---

<sup>8</sup> Trata-se de uma variante do ‘candomblé de caboclo’ originado nos centros minerais da Chapada Diamantina, culto no qual os deuses yorubas ou orixás foram, em grande medida, assimilados a uma classe genérica de entidades nativas, os caboclos, considerados como indígenas ou descendentes. Um dos elementos para evocação de novas formas de parentesco e “mutualidade de ser” – categoria lançada por Marshal Sahlins (2013) para compreender o parentesco a sedimentar a unicidade em torno dos direitos territoriais, possibilitado que a magia que forneça signos para compreendê-los enquanto grupo (RTID, 2015).

nas horas vagas. Poderia comer e viver da terra, mas deveria obediência e gratidão aos senhores.

Para Itamar Vieira Junior, que contribuiu com a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território – RTID, o morador pioneiro em Iúna foi um senhor chamado Marcelino. Ele chegou com 17 anos para trabalhar ali. E, ao longo de cinco décadas, chegaram muitos outros trabalhadores. Segundo ele, um tipo de trabalho que é como escravidão, porque eles não recebem nenhum salário. É um sistema em que se concede apenas a moradia. A pessoa trabalha para o proprietário e, às vezes, tem o fim de semana livre para cultivar um pouquinho de coisa para sua subsistência.

As primeiras casas se distinguem por um canteiro de plantas medicinais no quintal, à frente, envolto de pedras e, no interior da casa, um altar com seus santos de devoção. As moradas atuais já não seguem todos os padrões tradicionais, nem a relação com a natureza é a mesma, parece tudo ir se perdendo aos poucos, menos o medo. Atualmente, as pessoas, em sua maioria, ainda vivem da pesca, da agricultura e do extrativismo, exceto as juventudes que tentam sobreviver fora da comunidade, mesmo com empregos precarizados e nada seguro.

Internamente, a perspectiva dos jovens é de desesperança mesmo com a regularização do território, frente ao cenário apresentado de especulações e de apropriação dos recursos naturais pelo agronegócio no entorno, que se aproxima cada vez mais de Iúna.

## O coronelismo e a terra: Uma dívida histórica

*“Quem possui a terra, possui o homem”.*

André Rebouças.

Germani (2006) afirma que as condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro conservam as terras aprisionadas nas mãos de poucos onde se convive com as manifestações

de violência sem igual. Uma história de ocupação que gerou e consolidou uma estrutura de propriedade das mais concentradas do mundo e, o pior, uma imensidão de terras sem uso algum, como consequência, uma legião de agricultores sem trabalho e sem terras.

Ao afirmar, “quem possui terras, possui homens”, André Rebouças apresenta o latifúndio como um problema estrutural no Brasil, não só pela condição jurídico-formal do trabalho escravagista, mas por entender que o sistema de propriedade latifundista geraria, inevitavelmente, a conservação de relações de trabalho retrógradas e opressoras. Diante disso, nosso desafio é incluir a democratização da terra no centro do debate político na região em que os fazendeiros se fazem da política. Os proprietários de terras criam leis, administram e se beneficiam com a manutenção do poder. Nos anos mais recentes não foram poucos os casos de tentativa de manipulação da posse no processo de legalização do território de Iúna (RTID, 2015). O termo coronelismo surge e se materializa a partir do comando que os proprietários de terras fazem sobre os corpos dos trabalhadores e se legitimam na política do Estado.

Segundo Lygia Sigaud, em *Os clandestinos e os direitos* (1979), os patrões alegavam que o processo de expulsão dos trabalhadores residentes nos engenhos incidia da efetivação dos direitos (preconizados no Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, e no Estatuto da Terra, de 1964), não podiam mais manter a maior parte dos moradores; já os trabalhadores e os sindicalistas alegavam que as expulsões eram motivadas pela sonegação dos direitos. Era também em relação aos direitos que eram identificados e se identificavam os dois segmentos da força de trabalho: os “fichados”, com contrato e “com direitos”; e os clandestinos, sem contrato e “sem direitos”. Os trabalhadores expulsos foram se instalando nas pequenas cidades, em novos bairros precários chamados de “ponta de rua”. Dali passariam a ser recrutados por empreiteiros para os trabalhos nas propriedades canavieiras.

Sendo assim, podemos concluir que a gênese dos extermínios está alinhada às expulsões por questões fundiárias não resolvidas e, na região

semiárida, quase sempre justificadas pelas secas que persistem desde o processo colonial na Chapada Diamantina. Como no caso de Mocambo, em Andaraí, por volta de 1.770, expedições percorriam a região à procura de mantimentos, venda de terras e cobrança da renda. A criação de gado e implantação de currais conflitavam com os modos de vida do povo. No entanto, havia ordens expressas para eliminar qualquer relação com os negros, que estavam em comunidades “tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 2004). Mocambo resistiu pouco mais de duas décadas, sendo extinto em janeiro de 1.797.

Na ocasião, final do século XVIII (1796), o governador Dom Fernando José de Portugal noticiava, em carta ao ministro de Estado Dom Rodrigo de Souza Coutinho a existência de agrupamentos assentados de Orobó, Topim e Andarahy, nos respectivos municípios de Itaberaba, Boa Vista do Tupim e Andaraí, todos no Vale do Paraguaçu. A mensagem do governador advertia que “dois deles tinham sido extintos (Orobó e Andarahy) [...]. Foram aprisionados treze fugitivos, entre homens, mulheres e crianças. Um grande número conseguiu escapar indo se refugiar no Quilombo do Tupim que não foi atacado” (TEIXEIRA, 2021, p. 117).

Iúna, que se consolidou como o lugar de acolhida, com essa realidade recente do colapso hídrico do rio Utinga, criada pela expansão da monocultura de bananas, vive um movimento inverso. A diminuição das águas turvas agora produz flagelados. Assim como em todo histórico do Nordeste, o descaso do Estado sempre se justifica pela seca e a profecia da providência divina legitima o descaso nas políticas públicas e se justifica, nos últimos anos, com as mudanças climáticas.

A comunidade vive um ciclo de seca, iniciado em 2009, que, segundo relatos, é o mais severo que Iúna já passou nas últimas décadas. Mas moradores da comunidade contam que passaram a sofrer por essas crises hídricas bem antes, desde 1992, de lá para cá muitas dinâmicas espirituais foram mudando. O território, que se configura a partir dos encantados fica ameaçado. Os orixás que têm base nas águas, nos rios, nas lagoas, quando se afastam, as pessoas também migram para outros

locais apropriados para as oferendas, em contato com a natureza, com as águas etc., conforme o relato a seguir:

Dentro da fazenda ‘Vivia da Agricultura de subsistência (de sequeiro ou em vazantes, terrenos ilhados e úmidos), pesca, extrativismo vegetal (Azeite de dendê e buriti, artesanato de cipó e palha de licuri) até o colapso hídrico do rio Utinga, em 1992. O rio era perene e desde essa data começou a secar todos os anos no mês de agosto até dezembro e às vezes prolonga até março. Dela lá pra cá, desapareceram várias espécies de peixes, morreram nos poços e lagoas que secaram, dificultou a pesca que era a sustentabilidade de várias famílias e morreram muitas árvores frutíferas que viviam próximo ao rio, entre eles buritizal, jaqueiras e mangueiras, mudando drasticamente a dinâmica da comunidade, inclusive tendo que mudar o local das oferendas religiosas. As comidas e bebidas das mesas de São Cosme e Damião que são despachadas nos rios (águas correntes), nos meses de setembro e outubro tiveram que mudar do rio Utinga para o rio Santo Antônio que continua perene. (Moradora de Iúna em entrevista concedida em 23 jan. 2023)

Dentro dos ciclos de cheias e secas normais de cada ano, há casos excepcionais de secas mais intensas registradas ao longo dos anos, que definem bem o local. Para Teixeira (2021), não tem como se falar dos Sertões sem mencionar esse terrível problema que até hoje deixa suas marcas de expulsões. As influências externas também interferem no território. As pessoas, em sua maioria, que ainda vivem da pesca, da agricultura e do extrativismo são impedidas de manter seus modos de modos de vida, físico, material e espiritualmente. Assim, ficam vulneráveis para interação sociocultural e com as dinâmicas da natureza, que podem se intensificar com as mudanças climáticas, alterando a condução do território e seus compromissos com os Espíritos da Ecologia (SOARES PINTO, 2021, p. 4).

Atualmente, mesmo com o procedimento administrativo do território na fase final por parte do Incra, após assinatura presidencial, seguem muitas dúvidas. As pessoas que partiram e as que chegaram com

a especulação, seguem incertas e não têm nenhuma segurança quanto ao futuro. As perspectivas de desterritorialização demonstram que o problema extrapola os limites da comunidade e parte de um contexto mais abrangente, principalmente por se tratar de Chapada Diamantina, com seu potencial hídrico e caracterização geográficas associadas as indefinições fundiárias.

## Referências

- ALMEIDA, Alfredo. “Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2004.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Laudo antropológico – Identificação da Comunidade Remanescente do Quilombo em Iúna, Lençóis/BA, 2015.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Publicadas duas portarias de reconhecimento de territórios quilombolas na Bahia, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/publicadas-duas-portarias-de-reconhecimento-de-territorios-quilombolas-na-bahia>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria nº 742, de 5 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-742-de-5-de-novembro-de-2024-594600386>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- COMPOSTO, Claudia; ROIG, Diego Pérez. “Trazos de sangre y fuego: ¿continuidad de la acumulación originaria en nuestra época”. *Revista Theomai*, v. 26, 2012.
- CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Terra de Direitos. *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/publicacao-racismo.pdf>. Acesso: 18 mar. 2025.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra, Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais – IPDMS. *Massacres no Campo*. Goiânia, 2024.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. “E as vidas que se foram?” Ato em memória aos 5 anos do Massacre de Iúna denuncia ausência de justiça e reforça a aliança de luta entre os quilombos, 2022. Disponível em: <https://cptba.org.br/e-as-vidas-que-se-foram-ato-em-memoria-aos-5-anos-do-massacre-de-iuna-denuncia-ausencia-de-justica-e-reforca-a-alianca-de-luta-entre-os-quilombos/>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- ECODEBATE. “Luta e resistência das comunidades quilombolas na Chapada Diamantina”, 2022. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2022/10/14/luta-e-resistencia-das-comunidades-quilombolas-na-chapada-diamantina/>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- ECODEBATE. “A influência dos espíritos da ecologia no processo de regularização fundiária da comunidade Quilombola de Iúna, Lençóis – BA”, 2024. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2024/04/24/a-influencia-dos-espiritos-da-ecologia-no>

- processo-de-regularizacao-fundiaria-da-comunidade-quilombola-de-iuna-lencois-ba/. Acesso em: 20 jan. 2025.
- FOLHA DE S.PAULO. “Quilombo que inspirou ‘Torto Arado’ sofre com violência”, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2024/08/quilombo-que-inspirou-torto-arado-sofre-com-violencia.shtml#:~:text=No%20quilombo%20de%20I%C3%BAAna%2C%20onde,protagonistas%20de%20%22Torto%20Arado%22>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Portaria n. 44, de 30 de novembro de 2005. Diário Oficial da União, DOU. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=06/12/2005&jornal=1&pagina=5&totalArquivos=64>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- GERMANI, I. G. “Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro”. *GeoTextos*, vol. 2, n. 2, 2006
- GUERRERO ARIAS, E. P. *Corazonar: Una Antropología Comprometida con la Vida*. Asunción, Paraguay. Fondo Nacional de Cultura y las Artes. FONDEC, 2007.
- JÚNIOR, Itamar Vieira. *Torto Arado*. São Paulo: Todavia, 2020.
- MARX, Karl. *O Capital* [Livro I]. Crítica da economia política. O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. v. I
- SILVA, Uvanderson Vitor da. SANTOS, Jaqueline Lima. RAMOS, Paulo César. Chacinas e a politização das mortes no Brasil [livro eletrônico]. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SIGAUD, Lygia Maria. *Clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.
- SOARES-PINTO, Nicole. “Ecologia com espírito dentro’: sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno”. *Revista do IHU*, Edição 550, 08 nov. 2021.
- TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz. *Chapada, Lavras e Diamantes: Percurso histórico de uma região sertaneja*. Lauro de Freitas: Solisluna editora, 2021.
- UOL. “Seis quilombolas são mortos a tiros em área de disputa na Bahia”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/08/seis-quilombolas-sao-mortos-a-tiros-em-area-de-disputa-na-bahia.htm>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- VIEIRA JUNIOR, Itamar Rangel; ASSIZ DOS SANTOS, Flávio Luis. “Expressões de territorialidade entre trabalhadores e quilombolas na Chapada Diamantina, Bahia”. Em *29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 03 a 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Disponível em: [http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401836050\\_ARQUIVO\\_artigo\\_RBA\(2\).pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401836050_ARQUIVO_artigo_RBA(2).pdf). Acesso em: 20 jan. 2025.

## Sobre os autores

**Alexandre Julião** é advogado, mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará – UFPa, com período como pesquisador visitante na Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM e legal associate do Center of Climate Crime Analysis – CCCA.

**Claudio Dourado de Oliveira** é graduado em Antropologia pela Universidade Salesiana de Quito, Equador. Mestre em Ensino das Ciências Ambientais na Universidade Estadual de Feira de Santana e atua como educador social pela Comissão Pastoral da Terra.

**Dandara Rudsan** é graduada em Direito. É pesquisadora. Especialista em Gestão de Conflitos Socioambientais. Ex-relatora nacional em Direitos Humanos da Plataforma DhESCA na agenda de ‘Racismo, Segurança Pública e Violência Letal’. Assessora de Projetos e Advocacy na Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas. Assessora Plena no Centro de Referência Legal na ARTIGO 19 Brasil e América do Sul. Porta-voz e articuladora política no Instituto Fogo Cruzado. Coordenadora Executiva do Coletivo Amazônico LesBiTrans.

**Dulce Maria Pereira** é arquiteta, professora e pesquisadora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), coordenadora do Laboratório de Educação e Pesquisa Ambiental (LEA: AUEPAS) da Universidade Fe-

deral de Ouro Preto (UFOP). Especializou-se em educação ambiental e diplomacia de políticas públicas, pós-graduada em engenharia e ciências dos materiais e direito e desenvolvimento doutorando em história conectada na Universidade Federal do Maranhão. É professora visitante e pesquisadora do Instituto Humanidades para África (HUMA) /UCT na África do Sul. Na presidência da Fundação Cultural Palmares foi a primeira autoridade nacional a emitir título de posse da terra para populações quilombolas.

**João Jorge** possui graduação em Direito pela Universidade Católica do Salvador (2001) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (2005). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos humanos, Cidadania, para afrodescendentes, Olodum e comunicação e cultura negra. Além de ser militante do Movimento Negro. Foi presidente do Grupo musical Olodum e membro do conselho da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Atualmente é o presidente da Fundação Cultural Palmares.

**Paulo Cesar Ramos** Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, possui mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, onde também cursou a graduação em Ciências Sociais e tem especialização em Análise Política e Relações Institucionais (Universidade de Brasília). São seus temas prioritários relações raciais, violência, movimentos sociais, políticas públicas e juventude. Desenvolveu pesquisas para a Fundação Getúlio Vargas, Fundação Perseu Abramo, UNESCO e Fundação Oswaldo Cruz (Plano Juventude Viva) nos temas juventude, violência, justiça, memória e relações raciais. Trabalhou na formulação de políticas públicas em âmbito municipal e federal. Atualmente coordena o projeto de pesquisa, formação e mobilização Reconexão Periferias e é pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento onde coordena o Projeto Memória e Identidade do Ativismo Afro-brasileiro no AFRO – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Raça,

Gênero e Justiça Racial, em parceria com o Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp. Cumpriu período de Pós-Doutorado na Universidade da Pensilvânia, no Centro de Estudos Latino Americanos. É autor dos livros Gramática negra contra a violência de Estado (Editora Elefante, 2024) e “Contrariando a estatística”: genocídio, juventude negra e participação política (Alameda Editorial, 2021)

**Rose Rodrigues** é advogada e assistente social. Professora Universitária. Ex- Secretária de Agricultura do Estado de Sergipe. Já foi Presidenta do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEAN e também Coordenadora Estadual do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, todos do estado de Sergipe. Ex-presidenta do DCE da UFS. Atualmente é Diretora de Desenvolvimento Sustentável do INCRA e Secretária Agrária Nacional do PT.

**Ruan Bernardo de Brito** é pesquisador da área Reconexão Periferias da Fundação Perseu Abramo (FPA). Vinculado ao projeto Periferias na Pandemia do Centro de Estudos em Conflito e Paz (CCP), do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI), Universidade de São Paulo. Graduando em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo.

**Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa** é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), mestranda em sociologia pela mesma instituição. Responsável pela coordenação da pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes, pelo Reconexão Periferias, e pesquisadora analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisa e Estudos, ambos da Fundação Perseu Abramo.

**Fundação Perseu Abramo** foi instituída pelo Partido dos Trabalhadores por decisão do seu Diretório Nacional no dia 5 de maio de 1996. Essa decisão abria o caminho para concretização de uma antiga aspiração do PT, que era a de constituir um espaço, fora das instâncias partidárias, para desenvolvimento de atividades como as de reflexão política e ideológica, de promoção de debates, estudos e pesquisas, com

a abrangência, a pluralidade de opiniões que, dificilmente, podem ser encontradas nos embates do dia a dia de um partido político.

**Reconexão Periferias** foi criado em 2017, a partir de uma deliberação do Diretório Nacional do PT, sob a responsabilidade da Fundação Perseu Abramo. O objetivo é reconectar o partido e as periferias. Seus eixos principais são Cultura, Trabalho e Violência. Através de articulação, pesquisa e mobilização, o projeto realiza atividades em diferentes territórios do Brasil com base nas pautas periféricas. Busca dar visibilidade aos movimentos sociais e suas demandas, além de influenciar o debate sobre políticas públicas e a produção de conhecimento. A iniciativa envolve uma rede de organizações e movimentos sociais das periferias, universidades, governos e mandatos eleitos.

**Núcleo de Opinião Pública, Pesquisa e Estudos (NOPPE)** foi fundado em 1997, possui um histórico robusto de produção de pesquisas. Nessas duas décadas e meia de existência, investigou temas como a juventude brasileira, o racismo no Brasil, a questão indígena, as mulheres e a violência de gênero, os idosos, diversidade sexual e homofobia e a cultura política dos brasileiros e brasileiras, trazendo em cada momento contribuições consideráveis para o debate público nacional. Nos últimos anos organizamos o trabalho a fim de produzir diagnósticos para entender os caminhos percorridos pela opinião pública – quais tendências o eleitorado vem seguindo, a quais valores vem aderindo e reproduzindo.

**Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas** é uma organização da sociedade civil que atua, desde 2015, pela construção de uma agenda de justiça racial e econômica promovendo ações de advocacy em Direitos Humanos e propondo reformas na atual política de combate às drogas. Inicialmente como um projeto, hoje a Iniciativa está consolidada como a primeira ONG negra do país a assumir o compromisso de diagnosticar e apontar soluções pacíficas para uma reforma da política sobre drogas a partir da perspectiva racial. Para nós, a chamada “guerra

às drogas” no Brasil é a principal justificativa política para a manutenção da opressão racial sobre a população negra. Com foco nas agendas nacionais e regionais de segurança pública, sistema de justiça e saúde mental, o trabalho da Iniciativa Negra consiste em fortalecer a democracia brasileira e assegurar os direitos de populações historicamente discriminadas, como negros, indígenas e habitantes de periferias.

**Comissão Pastoral da Terra.** A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. O homem e a mulher do campo são os que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. Eles e elas são os protagonistas de sua própria história.

**Centro de Estudos de Segurança e Cidadania.** Fundado em 2000 na Universidade Candido Mendes, é uma das primeiras instituições acadêmicas integralmente dedicadas aos temas da violência e da segurança pública no Brasil. Tem como principal objetivo a realização de pesquisas inovadoras e outros tipos de projetos que alimentem o debate público e contribuam para promover os direitos humanos no sistema de justiça criminal do país. Em seus vinte anos de existência, o CESeC realizou estudos sobre criminalidade, violência, polícia, mídia, justiça, drogas, prisões e sistema socioeducativo; produziu dados estatísticos novos. Vários dos projetos empreendidos abordaram a temática do racismo, mas até o momento ela não havia se tornado central nas nossas pesquisas, nem nas nossas reflexões sobre o funcionamento interno do Centro. Entendendo que o racismo estrutural é o principal motor da repro-

dução da violência, da desigualdade e da discriminação na sociedade e no sistema de justiça criminal brasileiro, assumimos o compromisso de transformar a luta antirracista numa prioridade da atuação e da produção intelectual do CESeC.

**Secretaria Agrária Nacional do PT.** A Secretaria Agrária Nacional tem a função de auxiliar no debate político e na construção de políticas públicas nas áreas de agricultura familiar, reforma agrária, desenvolvimento rural e soberania alimentar. A atuação da secretaria não se encerra dentro do partido, mas busca sobretudo o diálogo e articulação com movimentos sociais do campo, das florestas e das águas, além de se manter permanentemente atento ao que se discute no Congresso Nacional, junto ao Núcleo Agrário 'Adão Preto' da bancada do PT na Câmara dos Deputados, e nas ações dos governos municipais, estaduais e federal a respeito de pautas dos trabalhadores rurais, camponeses e povos e comunidades tradicionais, e da questão agrária como um todo.

Pau d'Arco e lúna não são exceções – são capítulos de um Brasil que ainda não resolveu sua dívida com a terra e com o povo negro. Este caderno é testemunho de uma ferida aberta, que sangra quilombolas, camponeses e lideranças assassinadas pela ganância e pela omissão. Que esta leitura nos convoque a agir, pois calar é permitir que se repita.

*João Jorge Rodrigues*

Presidente da Fundação Cultural Palmares



ISBN 978-65-5626-130-0



9 786556 1261300